

# RAI

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES

# 2010



271.56	250.22	
412.65	410.01	412.60
154.32	151.65	152.21
231.49	230.65	230.54
174.56	171.48	173.25
340.54	345.67	346.39
278.88	274.02	278.00
145.23	143.34	143.69
367.86	365.21	365.79



FUNDAÇÃO COPEL

## Referencial Estratégico

### Visão

Ser reconhecida pelos participantes e assistidos como uma entidade comprometida com valores humanos.

### Missão

Contribuir para a qualidade de vida dos participantes e assistidos, administrando planos previdenciários e de assistência à saúde suplementar, com qualidade, ética, transparência e sustentabilidade.

### Valores

**Ética** - opção irreversível pelo respeito às regras e códigos de conduta.

**Credibilidade** - seriedade na condução dos negócios, manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, crescimento e perpetuidade da instituição.

**Comprometimento** - da força de trabalho, dos agentes de governança e dos fornecedores, com a missão, com a visão e na obtenção dos melhores resultados organizacionais.

**Transparência** - na tomada de decisões, nas ações e na divulgação da informação, zelando pela assertividade da comunicação.

**Respeito** - consideração ao próximo.

**Valorização da força de trabalho** - capacitação e crescimento pessoal e profissional.

O Relatório Anual de Informações é uma publicação de periodicidade anual, em atendimento ao disposto na Resolução CGPC 23/2006, de 6 de dezembro de 2006.

**Diretoria Executiva:** Hélio José Pizzatto (presidente), José Carlos Loureiro (diretor financeiro) e Antonio Sergio de Souza Guetter (diretor de administração e seguridade) **Jornalista responsável:** Luiz Cláudio Massa (DRT-4282-PR).

**Coordenação e Revisão:** Solange Regina Schutesky.

**Gerentes responsáveis:** Celso Luiz Andretta (gestão previdenciária), João Maria da Silva Lima (gestão contábil-financeira) e Juan Justo Beltrán Guzmán (gestão de investimentos).

## Mensagem aos participantes

### Caro (a) participante

Está é a quinta edição do Relatório Anual de Informações (RAI) da Fundação Copel, com a prestação de contas do que foi desenvolvido em 2010.

O documento representa uma síntese do esforço empreendido para atender os compromissos assumidos com os participantes e patrocinadoras. Traz informações sobre as demonstrações patrimoniais e contábeis, da política e demonstrativo de investimentos, acompanhadas dos pareceres atuariais, dos auditores independentes e dos conselhos Fiscal e Deliberativo, além de outras informações relevantes.

Nosso projeto de Educação Financeira e Previdenciária foi aprovado pela Previc - Superintendência Nacional de Previdência Complementar. A entidade fiscalizadora nos desobrigou do envio do RAI aos participantes do Plano de Benefícios Previdenciários III (contribuição variável).

No entanto, prezando pela transparência em suas ações, a Diretoria Executiva optou pela remessa do relatório, preservando, dessa forma, o compromisso de permitir acesso irrestrito às informações.

Agradecemos a todos que contribuíram para um desempenho significativo em 2010 e abrimos as portas da Fundação Copel para o esclarecimento de dúvidas quanto à gestão da entidade.

Atenciosamente

Diretoria Executiva

## Estatuto e Regulamentos dos Planos de Benefícios

No ano de 2010, não houve alteração no estatuto e nos regulamentos dos planos de benefícios, permanecendo a versão vigente com aprovação da SPC - Secretaria de Previdência Complementar, conforme discriminado:

- Estatuto, Portaria SPC/MPAS no 15, de 15/04/2003
- Plano I (Básico) - Ofício no 1.324/2005/SPC/DETEC/CGAT, de 29/09/2005
- Plano II (Complementar) - Ofício no 1.343/2005/SPC/DETEC/CGAT, de 29/09/2005
- Plano III (Contribuição Variável) - Ofício no 2.199/2005/SPC/DETEC/CGAT, de 29/11/2005
- Plano Pecúlio - Portaria 335/SPC/DETEC de 07/03/2006

# PREVIC aprova Programa de Educação Financeira da Fundação Copel

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) aprovou o programa de educação financeira e previdenciária elaborado para o Plano de Benefícios III (CV - Contribuição Variável).

O projeto atua nos níveis de informação, instrução e orientação, ajudando o participante na tomada de decisões que terão influência no seu futuro.

Utilizamos a primeira edição do programa, em 2010, para uma maior aproximação com nossos participantes, aferindo o nível de conhecimento e compreensão sobre assuntos voltados à previdência complementar. Os resultados obtidos indicaram o caminho a seguir.

Os testes de conhecimentos (QUIZ) foram escolhidos como instrumento para diagnosticar o nível de entendimento e compreensão sobre o tema. Por ser um recurso interativo também propiciou uma importante troca de informações entre os participantes.

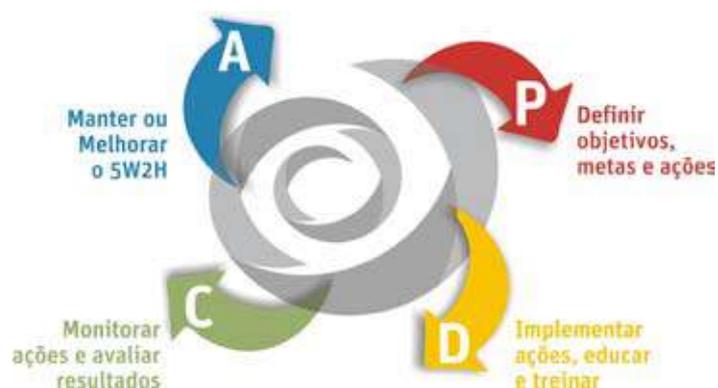
## O programa

Intitulado “Energia Viva” conjuga o produto da patrocinadora instituidora, Copel (energia), com o principal patrimônio de cada participante (vida) e abrange os aspectos financeiros e previdenciários voltados à disseminação da cultura financeira e previdenciária. O programa prevê a realização de seminários, teatro, feiras, encontros, eventos e uma constante divulgação para intercâmbio de conhecimentos e experiências a respeito de previdência, incluindo a importância do planejamento da renda, finanças pessoais, reserva de poupança, aportes e contribuições e benefícios de se planejar para o futuro.

A saúde não ficou de fora do programa, já que o PROSAÚDE fortalece a relação entre a FC e seus participantes, no dia a dia. Diversas ações voltadas para a atenção à saúde foram realizadas, entre elas, palestras informativas e ações de prevenção, como aferição da pressão arterial, testes glicêmicos e avaliações de massa corporal, tanto aos participantes quanto aos aposentados e pensionistas, estes em parceria com a Associação dos Aposentados e Pensionistas da Copel em seu programa “Sábado com a família AAPC”.

## A Metodologia

Na elaboração do projeto escolhemos o ciclo PDCA – (planejar, executar, verificar e agir) – por ser uma ferramenta da qualidade fundamental para a análise e melhoria dos processos (educação, processo contínuo) e para a eficácia do trabalho em equipe, uma meta institucional.



“O amanhã se planeja hoje”



“Quem ilumina a vida de tanta gente merece um futuro brilhante”



“Mais energia para o seu futuro”



## A percepção dos participantes

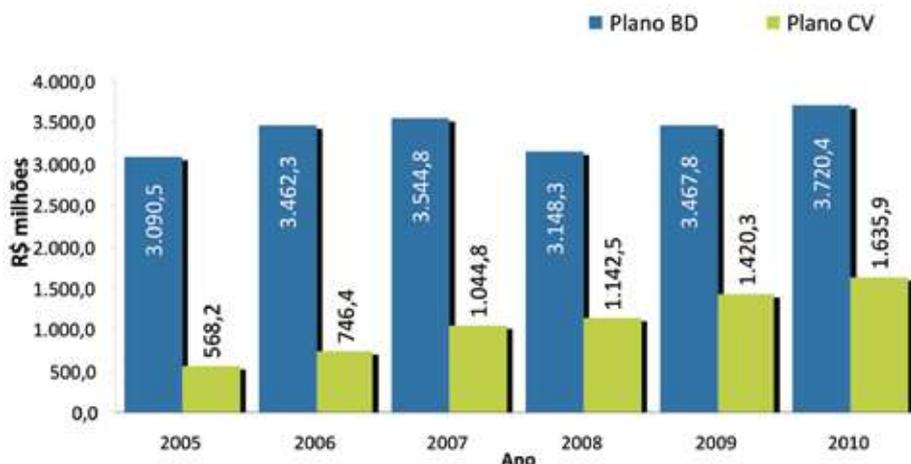
O monitoramento das ações implementadas em 2010, apontou índices de satisfação que nos permitem vislumbrar ótimos resultados no atingimento da meta, haja vista o Energia Viva ser um processo de aprendizagem contínua.

Confira o projeto com respectivo relatório da primeira edição e a percepção dos participantes em [www.fundacaocopel.org.br](http://www.fundacaocopel.org.br), clicando no banner Energia Viva.

Energia Viva	Indicadores	Resultados Obtidos
		2010
	Implementar o programa Energia Viva para 60% dos participantes.	75 %
	Cumprir 100% do cronograma das atividades propostas.	100 %
	75% de satisfação com a condução e proposta do programa.	81 %

# A Fundação Copel em Números

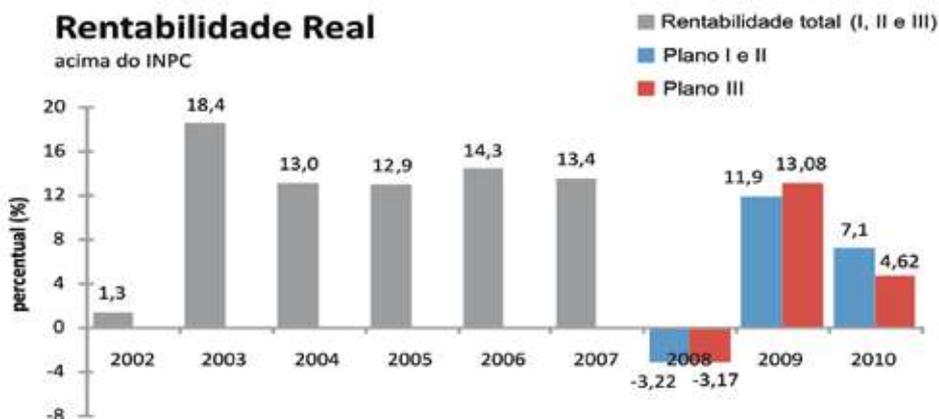
## Evolução do Patrimônio Líquido



**Gráfico 1:** O gráfico retrata a evolução do Patrimônio, em milhões de reais, separado entre os planos I e II (BD - Benefício Definido) e III (CV - Contribuição Variável).

## Rentabilidade Real

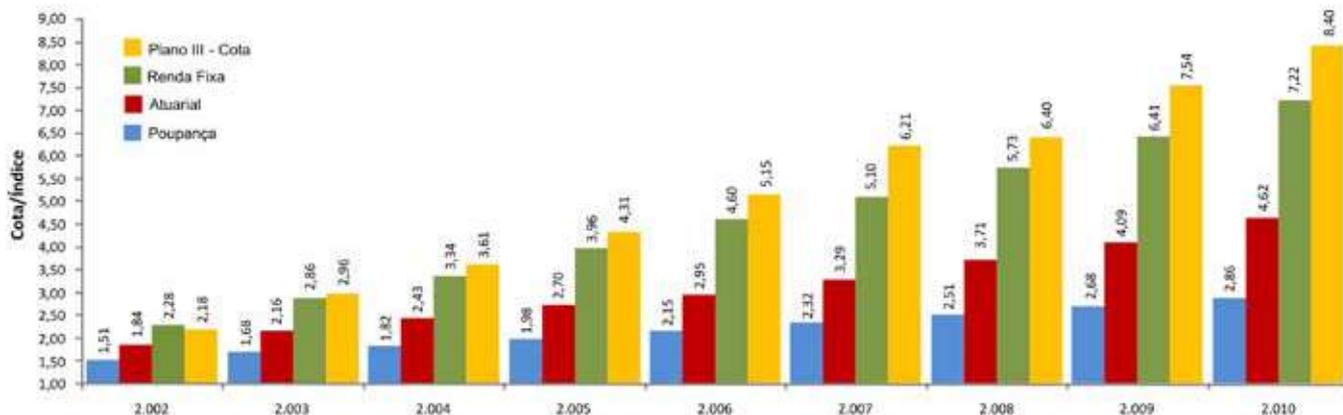
acima do INPC



**Gráfico 2:** O índice retratado no gráfico ao lado registra os percentuais de rentabilidade real, descontando a inflação (INPC 2010 = 6,47%).

## Comparativo

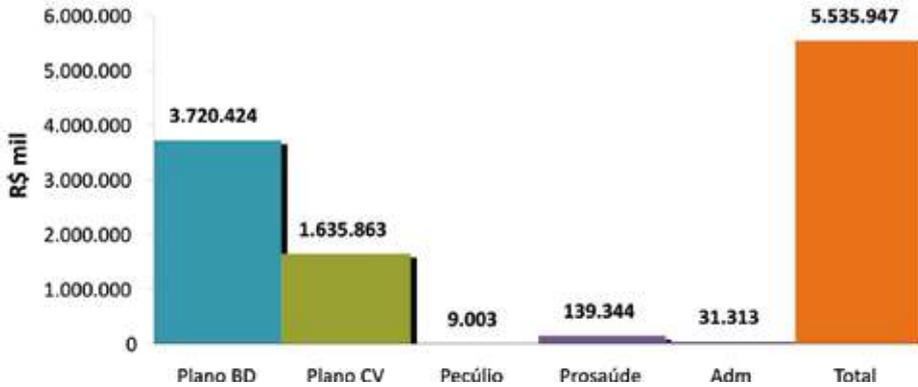
Cota do Plano III (CV) x Renda Fixa x Meta Atuarial x Poupança



**Gráfico 3:** O comparativo aponta a rentabilidade da cota em relação a renda fixa, poupança e a meta atuarial definida no plano de custeio, equivalente a INPC mais 6% a.a.

## Investimentos

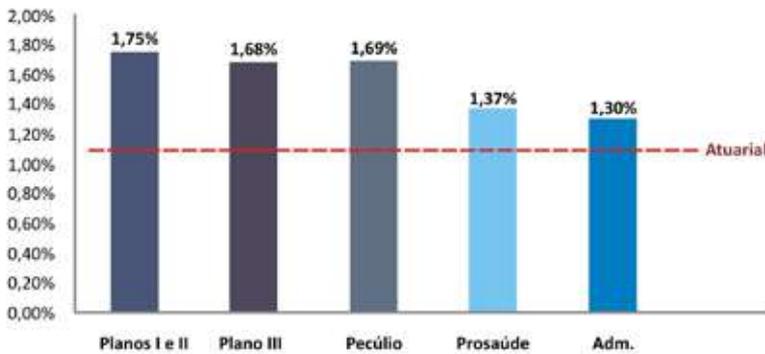
por segmento



■ **Gráfico 4:** Retrata os investimentos, em milhares de reais, por segmentos. O Plano BD equivale aos planos I e II de benefício definido e o Plano CV corresponde ao Plano III de contribuição variável.

## Rentabilidade

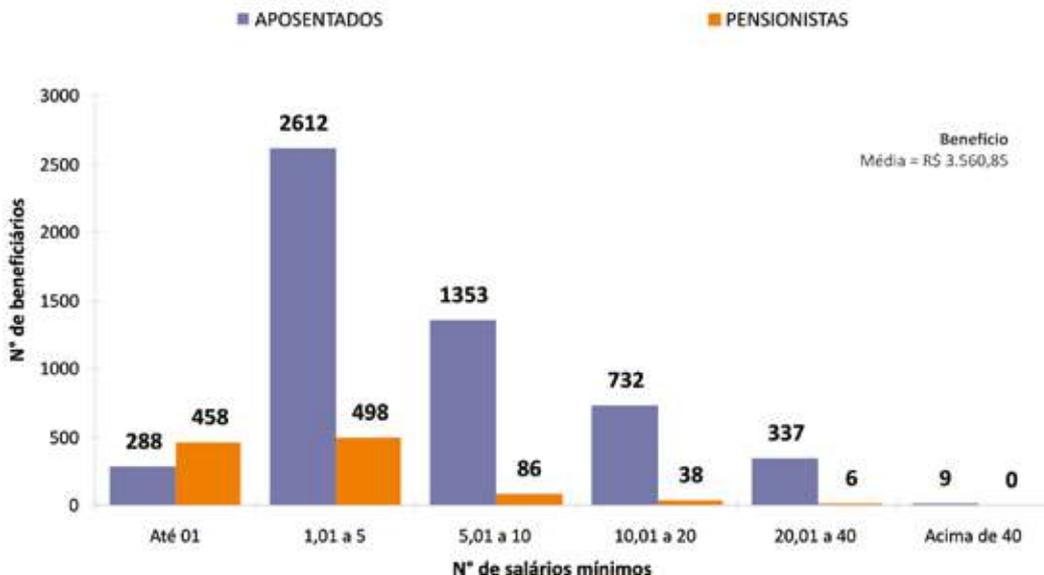
por plano/programa - mês dez.2010



■ **Gráfico 5:** Os indicadores apresentados mostram a rentabilidade dos investimentos segregados. Os Planos apresentaram índice superior ao mínimo atuarial estimado que era de 1,09%.

# Perfil dos Participantes

## Aposentados e pensionistas por faixa de salário mínimo



### Filiados dos Planos Previdenciários

Categoria	2010
Ativos	10.028
Assistidos	6.417
Dependentes	22.500
<b>Total</b>	<b>38.945</b>

### Beneficiários do Prosaúde

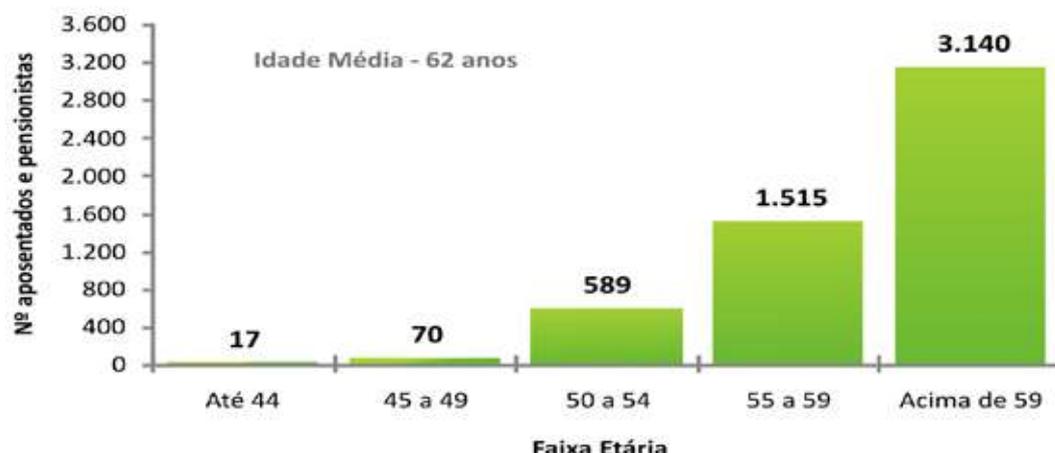
Ativos	25.561
Assistidos	14.786
<b>Total</b>	<b>40.347</b>

### Adesões do Pecúlio

Ativos	7.545
Assistidos	4.677

■ **Gráfico 6:** O gráfico mostra a faixa salarial dos aposentados e pensionistas da Fundação Copel em relação ao número de salários mínimos (equivalente a R\$ 510,00).

## Assistido por faixa etária



■ **Gráfico 7:** O gráfico apresenta a faixa etária dos aposentados e pensionistas da Fundação Copel. A média registrada é de 62 anos.

## Gestão Assistencial

O Relatório da “Publicação das Demonstrações Financeiras referentes ao Plano de Saúde PROSAUDE, operado pela Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, em atendimento à Instrução Normativa nº 40/2010, da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras – DIOPE, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS”, referente ao exercício de 2010, foi publicado na Gazeta do Povo em 21.04.2011 e está disponível no site [www.fundacaocopel.org.br](http://www.fundacaocopel.org.br), em Quem somos > Relatórios > PROSAUDE.

Atendimentos	Tipo	Resultados Obtidos	
		2010	
	Atendimento pessoal	33.363	
	Atendimento telefônico	121.932	
	Atendimento e-mail	2.406	
	Atendimento fax	23.920	
	Perícia	1.166	
	Avaliação de pedido de inscrição	800	
	<b>Total de atendimentos</b>	<b>183.587</b>	

Ações	Resultados Obtidos	
	Pessoas	%
	Aprovação de guias de autorização de procedimentos	-
	Emergencial / Urgência	10,93%
	Eletivos	89,07%
	Guias de internação clínica ou cirúrgica	-
	Internação clínica	41,84%
	Internação cirúrgica	55,01%
	Internação em UTI's	3,15%
	Consultas médicas	-
	Consultas - eletivas	87,2%
	Consultas - emergenciais	12,8%
	Exames complementares	-
	Exames complementares / consulta médica	-
Consultas odontológicas	-	

■ **Planilha 1:** Exibe a quantidade de atendimentos em relação aos procedimentos associados à administração do plano de saúde da Fundação Copel.

# Comunicação

Informativos	Periódicos	Período	
		2009	2010
Informe FC	Edições	4	4
	Tiragem	14.800	14.800
	Total	59.200	59.200
Vida Ativa (Informativo aos Aposentados e Pensionistas)	Edições	12	12
	Tiragem	5.700	5.700
	Total	68.400	68.400
RAI Relatório Anual de Informações	Edições	1	1
	Tiragem	14.800	12.500
Total de informativos enviados		<b>142.400</b>	<b>152.100</b>

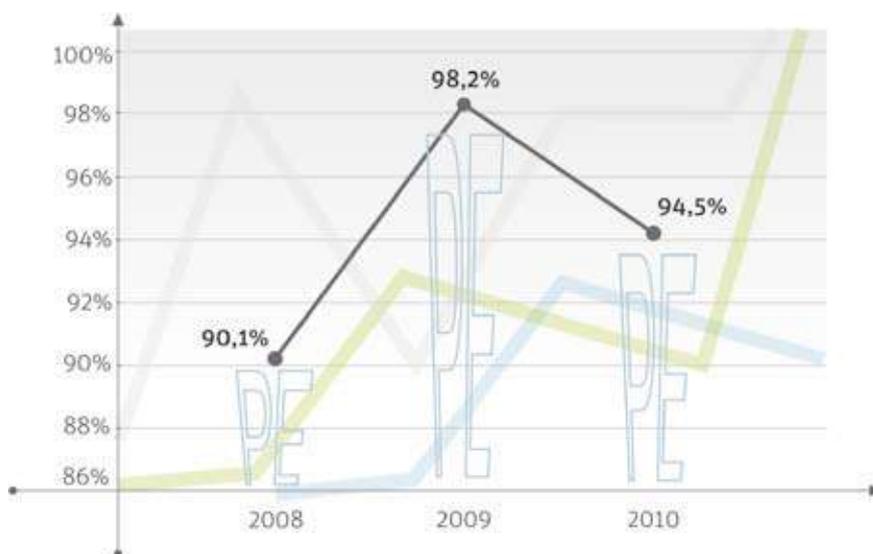
Acesso ao site	Período	
	2009	2010
Visitas	218.910	236.578
Visualizações de página	1.288.304	1.320.806
Páginas / visita	5,89	5,58

■ **Planilha 2:** Apresenta a quantidade de periódicos enviados e de acessos ao site da Fundação Copel. Em 2010, o RAI apresentou redução de 15,54% no envio impresso em relação a tiragem inicial, por opção ao recebimento em meio eletrônico.

## Planejamento Estratégico

### Evolução - resultado do Planejamento Estratégico

■ **Gráfico 8:** Índices de cumprimento do Planejamento Estratégico nos últimos três anos



## Força de Trabalho

Pessoas	Ações	Resultados Obtidos	
		2009	2010
	PRODI Programa de Desenvolvimento Institucional	Horas ofertadas	8
		Participação	70,2%
	Treinamentos (considerados todos os eventos de capacitação ofertados, incluindo aqueles destinados a conselheiros, diretores e força de trabalho)	Pessoas treinadas	114
		Horas ofertadas (total)	2.518
		Média/pessoas	22,1
			18,6

■ **Planilha 3:** Mostra os resultados das ações voltadas ao treinamento e desenvolvimento dos empregados em relação a 2009.

## A Fundação Copel na visão dos participantes



Em 2010, por meio do Instituto de Pesquisa Datacenso, a Fundação Copel realizou mais uma avaliação de seus produtos e serviços junto aos seus beneficiários.

Ao todo foram entrevistados 730 participantes, cujo erro amostral não ultrapassou 3,6%.

A coleta e a tabulação dos dados são apresentados por: tipo de participante, região e dimensão (comunicação, produto e percepção de imagem). O resultado obtido nesta pesquisa foi de 82%. Em 2009 o índice registrado foi de 86%.

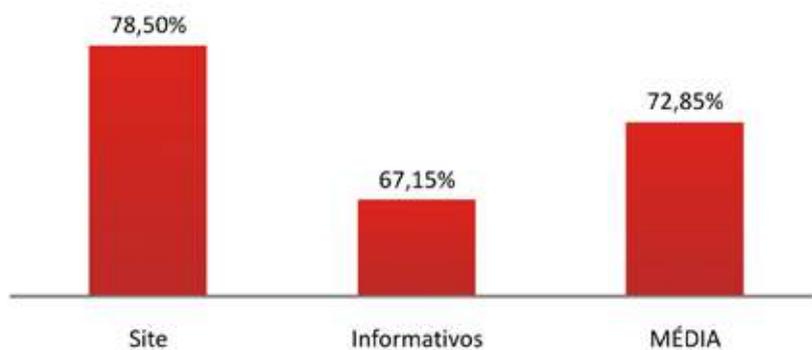
Em 2010 a média geral foi obtida por média ponderada, diferentemente dos anos anteriores que a base era média aritmética.

Acompanhe os resultados:

### Comunicação

-Resultado 2010

2010



■ **Gráfico 9:** Na dimensão Comunicação o formato dos periódicos, a clareza das informações e a simplicidade da linguagem utilizada foram avaliados e seu resultado médio foi de 72,85%.

**Tamanho da amostra:** 730 entrevistas

**Erro amostral:** 3,6%

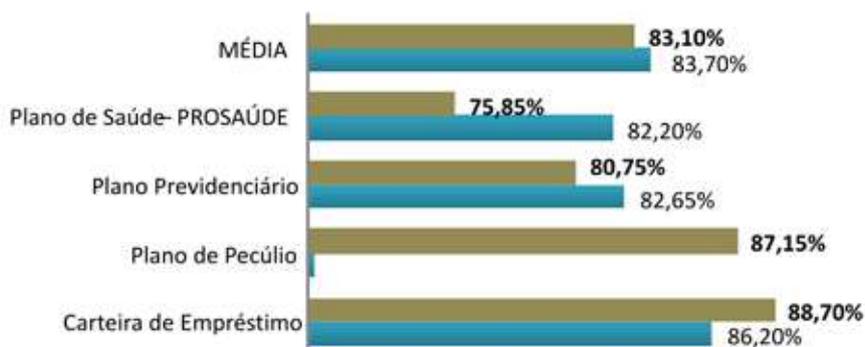
**Grau de confiança:** 95%

**Amostragem:** sistemática, com participantes, aposentados e pensionistas residentes no Paraná.

## Produtos e Serviços

- Resultado 2010

■ 2010 ■ 2009

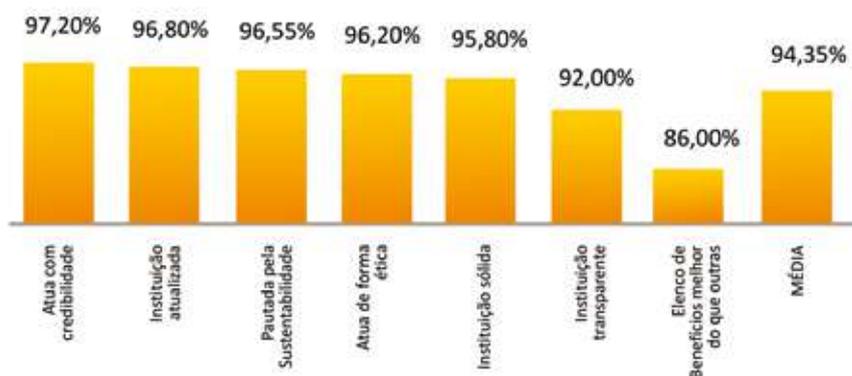


■ **Gráfico 10:** Em Produtos e Serviços a Fundação obteve uma queda de 0,6% em sua média de satisfação. A carteira de empréstimo pessoal registrou o maior índice.

## Percepção de Imagem

- Resultado 2010 -

■ 2010



■ **Gráfico 11:** A dimensão Percepção de Imagem trata da confiança e credibilidade do participante em relação à Fundação Copel. No média, obteve um ótimo índice – 94,35%.

### COMENTÁRIOS E SUGESTÕES DOS PARTICIPANTES

#### Principais elogios:

- Tem bom/ ótimo atendimento/ os atendentes de telefone são bastante atenciosos e eficientes.
- Todos os setores estão de parabéns/ os serviços são bem prestados/ estão satisfeitos no geral.

#### Principais críticas:

- Faltam médicos/ médicos especialistas, tem poucos médicos credenciados.
- A cobertura do plano de saúde é ruim/ não cobre cirurgia de mioma/ não cobre aparelho dentário/ plano odontológico/ não cobre UTI/ não cobre alguns exames.

#### Principais sugestões:

- Melhorar a busca no site para facilitar/melhorar as informações/ reformular/ atualizar o site.
- Ampliar a carteira de médicos conveniados/ ter mais médicos especialistas/ ter mais dentistas conveniados.

### COMENTÁRIOS E SUGESTÕES DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

#### Principais elogios:

- Estão satisfeitos com a Fundação Copel/ todos os serviços são ótimos/ estão de parabéns.
- O atendimento é bom.

#### Principais críticas:

- Faltam médicos/ especialistas/ dentistas.
- O desconto do plano de previdência e do plano de saúde está alto.

#### Principais sugestões:

- Melhorar o reembolso/ melhorar a porcentagem paga nos medicamentos.
- Usar papel reciclável para o jornal/ o jornal poderia ser trimestral/ enviar somente um jornal.

# Demonstração Patrimonial e de Resultados

A demonstração patrimonial consolidada retrata o patrimônio da Fundação Copel (bens, direitos a receber e as obrigações a pagar) no último dia do ano (fim do exercício social). As informações divulgadas neste Relatório comparam o patrimônio em dezembro de 2010 com dezembro de 2009. Os quadros apresentam os números segregados por programas previdencial, assistencial, administrativo e de investimentos e, também, por Planos I e II de Benefício Definido, III de Contribuição Variável, Plano Pecúlio e PROSAÚDE.

## Balancos Patrimoniais dos Exercícios

Findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2010	31/12/2009 (Reclassificado)
<b>ATIVO</b>		<b>5.565.763</b>	<b>5.079.578</b>
<b>DISPONÍVEL</b>		<b>61</b>	<b>631</b>
<b>REALIZÁVEL</b>		<b>5.419.405</b>	<b>4.936.914</b>
GESTÃO PREVIDENCIAL	4	10.195	9.587
GESTÃO ADMINISTRATIVA		253	1.342
<b>INVESTIMENTOS</b>	5	<b>5.408.957</b>	<b>4.925.985</b>
Títulos Públicos		3.305.834	2.707.706
Créditos Privados e Depósitos		573.160	384.888
Ações		298.870	90.820
Fundos de Investimento		1.038.825	1.552.781
Em Renda Fixa		919.992	1.440.837
Em Renda Variável		115.822	109.123
Em Investimentos Estruturados		3.011	2.821
Investimentos Imobiliários		91.252	90.603
Empréstimos		87.635	83.605
Outros Realizáveis		13.381	15.582
<b>PERMANENTE</b>	3.5	<b>4.461</b>	<b>4.203</b>
IMOBILIZADO		668	388
INTANGÍVEL		463	115
DIFERIDO		3.330	3.700
<b>GESTÃO ASSISTENCIAL</b>	13	<b>141.836</b>	<b>137.830</b>
<b>PASSIVO</b>		<b>5.565.763</b>	<b>5.079.578</b>
<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>		<b>18.539</b>	<b>11.279</b>
GESTÃO PREVIDENCIAL		3.979	4.583
GESTÃO ADMINISTRATIVA		2.206	6.686
INVESTIMENTOS		12.354	10
<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	6	<b>62</b>	<b>64</b>
GESTÃO ADMINISTRATIVA		62	64
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>		<b>5.406.148</b>	<b>4.930.405</b>
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>		<b>5.347.149</b>	<b>4.875.546</b>
PROVISÕES MATEMÁTICAS	7.1	4.753.555	4.399.467
Benefícios Concedidos		2.942.887	2.487.877
Benefícios a Conceder		1.810.668	1.911.590
<b>EQUILÍBRIO TÉCNICO</b>	7.2	<b>593.594</b>	<b>476.079</b>
Resultados Realizados		593.594	476.079
Superávit Técnico Acumulado		593.594	476.079
<b>FUNDOS</b>		<b>58.999</b>	<b>54.859</b>
Fundos Previdenciais	8	24.422	22.458
Fundos Administrativos	12.2	34.577	32.401
<b>GESTÃO ASSISTENCIAL</b>	13	<b>141.014</b>	<b>137.830</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido para os Exercícios

Findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2010	31/12/2009	Variacão (%)
<b>A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>		<b>5.014.252</b>	<b>4.411.676</b>	<b>13,66%</b>
<b>1. Adições</b>		<b>947.672</b>	<b>985.268</b>	<b>-3,82%</b>
Contribuições Previdenciais	11.1	221.107	180.187	22,71%
Resultado dos Investimentos - Gestão Previdencial	11.1	627.066	714.080	-12,19%
Receitas Administrativas	3.3	16.972	7.979	112,71%
Resultado Positivo dos Investim. - Gestão Administrativa	12.1	3.290	4.050	-18,76%
Reversão de Fundos - Gestão Administrativa		-	2.353	0,00%
Receitas Assistenciais	3.2	63.484	62.719	1,22%
Resultado dos Investimentos - Gestão Assistencial	13.3	15.754	13.900	13,34%
		-	-	
<b>2. Destinações</b>		<b>(469.435)</b>	<b>(382.692)</b>	<b>22,67%</b>
Benefícios	11.1	(369.252)	(297.642)	24,06%
Result. Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	11.1	(5.354)	-	100,00%
Despesas Administrativas	12.1	(17.566)	(13.838)	26,94%
Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	6	(520)	(544)	-4,29%
Constituição de Fundos - Gestão Administrativa	12.2	(2.177)	-	100,00%
Despesas Assistenciais	3.2	(72.854)	(70.003)	4,07%
Constituição de Conting�ncias - Gestão Assistencial	13.2	(1.712)	(665)	157,33%
<b>3. Acr�scimo/Decr�scimo no Ativo Líquido (1+2)</b>		<b>478.237</b>	<b>602.576</b>	<b>-20,63%</b>
		-	-	
Provis�es Matemáticas	7.1	354.088	222.774	58,94%
Fundos Previdenciais	8	1.963	11.879	-83,47%
Superávit T�cnico do Exercício	7.2	117.515	361.972	-67,53%
Gestão Assistencial	13.3	4.671	5.951	-21,50%
<b>B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)</b>		<b>5.492.489</b>	<b>5.014.252</b>	<b>9,54%</b>
<b>C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>		<b>155.496</b>	<b>148.648</b>	<b>4,61%</b>
Fundos Administrativos	12.2	34.577	32.401	6,72%
Fundos do Assistencial	13.3	120.919	116.247	4,02%

## Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido do Plano Previdencial I e II - BD para os Exercícios

Findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2010	31/12/2009	Variacão (%)
<b>ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>3.467.805</b>	<b>3.148.263</b>	<b>10,15%</b>
<b>ADIcOES</b>	<b>589.706</b>	<b>596.751</b>	<b>-1,18%</b>
Contribui�es Previdenciais	133.534	91.394	46,11%
Resultado Positivo dos Investimentos	456.172	505.357	-9,73%
<b>DESTINAcOES</b>	<b>(338.239)</b>	<b>(277.208)</b>	<b>22,02%</b>
Benefícios	(335.417)	(277.208)	21,00%
Custeio Administrativo	(2.822)	-	100,00%
<b>ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO</b>	<b>251.467</b>	<b>319.542</b>	<b>-21,30%</b>
Provisões Matemáticas	171.582	18.696	817,75%
Superávit Técnico do Exercício	79.885	300.846	-73,45%
<b>ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>3.719.272</b>	<b>3.467.805</b>	<b>7,25%</b>

## Demonstra es da Muta o do Ativo Líquido do Plano Previdencial III - CV para os Exercícios

Findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2010	31/12/2009	Variacão (%)
<b>ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.420.320</b>	<b>1.142.537</b>	<b>24,31%</b>
<b>ADIcOES</b>	<b>261.137</b>	<b>300.711</b>	<b>-13,16%</b>
Contribui�es Previdenciais	91.213	93.010	-1,93%
Resultado Positivo dos Investimentos	169.924	207.701	-18,19%
<b>DESTINAcOES</b>	<b>(38.159)</b>	<b>(22.928)</b>	<b>66,43%</b>
Benefícios	(28.710)	(15.682)	83,08%
Resultado Negativo dos Investimentos	(5.354)	-	100,00%
Custeio Administrativo	(4.095)	(7.246)	-43,49%
<b>ACR�SCIMO/DECR�SCIMO NO ATIVO LÍQUIDO</b>	<b>222.978</b>	<b>277.783</b>	<b>-19,73%</b>
Provisões Matemáticas	182.506	204.078	-10,57%
Fundos Previdenciais	2.842	12.580	-77,41%
Superávit Técnico do Exercício	37.630	61.125	-38,44%
<b>ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.643.298</b>	<b>1.420.320</b>	<b>15,70%</b>

## Demonstrações da Muta o do Ativo Líquido do Plano Pecúlio para os Exercícios

Findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2010	31/12/2009	Variacão (%)
<b>ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>9.879</b>	<b>10.579</b>	<b>-6,62%</b>
<b>ADIc�ES</b>	<b>4.324</b>	<b>4.124</b>	<b>4,85%</b>
Contribui�es Previdenciais	3.354	3.102	8,12%
Resultado Positivo dos Investimentos	970	1.022	-5,07%
<b>DESTINAc�ES</b>	<b>(5.202)</b>	<b>(4.824)</b>	<b>7,83%</b>
Benefícios	(5.125)	(4.752)	7,85%
Custeio Administrativo	(77)	(72)	6,99%
<b>ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO</b>	<b>(878)</b>	<b>(700)</b>	<b>25,34%</b>
Fundos Previdenciais	(878)	(700)	25,39%
<b>ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>9.001</b>	<b>9.879</b>	<b>-8,89%</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es financeiras

## Demonstra es do Ativo Líquido do Plano Previdencial I e II - BD para os Exercícios

Findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2010	31/12/2009 (Reclassificado)	Variacão (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>3.737.074</b>	<b>3.475.413</b>	<b>7,53%</b>
<b>Disponível</b>	<b>4</b>	<b>129</b>	<b>-96,57%</b>
<b>Recebível</b>	<b>2.706</b>	<b>1.613</b>	<b>67,72%</b>
<b>Investimentos</b>	<b>3.733.942</b>	<b>3.473.111</b>	<b>7,51%</b>
Títulos Públicos	2.865.250	2.232.237	28,36%
Cr�ditos Privados e Dep�sitos	216.144	175.951	22,84%
Ac�es	128.283	11.977	971,08%
Fundos de Investimento	393.130	920.629	-57,30%
Investimentos Imobiliários	91.252	90.603	0,72%
Empr�stimos	23.820	22.375	6,46%
Outros Realizáveis	13.195	15.582	-15,32%
Participa�o nos Investimentos do PGA	2.868	3.757	-23,66%
<b>Permanente</b>	<b>422</b>	<b>560</b>	<b>-24,64%</b>
<b>2. Obriga�es</b>	<b>14.531</b>	<b>3.293</b>	<b>341,24%</b>
Operacional	14.512	3.291	340,91%
Contingencial	19	2	921,62%
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>3.270</b>	<b>4.315</b>	<b>-24,22%</b>
Fundos Administrativos	3.270	4.315	-24,22%
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3-4)</b>	<b>3.719.273</b>	<b>3.467.805</b>	<b>8,25%</b>
Provisões Matemáticas	3.224.434	3.052.852	5,62%
Superávit Técnico Acumulado	494.839	414.953	19,25%

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es financeiras

## Demonstrações do Ativo Líquido do Plano Previdencial III - CV para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2010	31/12/2009 (Reclassificado)	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>1.678.798</b>	<b>1.451.180</b>	<b>15,69%</b>
Disponível	51	466	-89,07%
Recebível	8.697	9.315	-6,63%
Investimentos	<b>1.666.011</b>	<b>1.437.755</b>	<b>15,88%</b>
Títulos Públicos	416.325	445.216	-6,49%
Créditos Privados e Depósitos	346.954	198.427	74,85%
Ações	170.587	78.844	116,36%
Fundos de Investimento	639.885	629.547	1,64%
Empréstimos	63.815	61.230	4,22%
Participação nos Investimentos do PGA	28.445	24.492	16,14%
Permanente	4.039	3.643	10,85%
<b>2. Obrigações</b>	<b>4.195</b>	<b>2.774</b>	<b>51,21%</b>
Operacional	4.152	2.714	52,96%
Contingencial	43	60	-28,43%
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>31.306</b>	<b>28.086</b>	<b>11,47%</b>
Fundos Administrativos	31.306	28.086	11,47%
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3-4)</b>	<b>1.643.297</b>	<b>1.420.320</b>	<b>15,70%</b>
Provisões Matemáticas	1.529.121	1.346.615	13,55%
Superávit Técnico Acumulado	98.755	61.125	61,56%
Fundos Previdenciais	15.421	12.579	22,59%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações do Ativo Líquido do Plano Pecúlio para os Exercícios

Findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u> <u>(Reclassificado)</u>	<u>Variação</u> <u>(%)</u>
<b>1. Ativos</b>	<b>9.010</b>	<b>9.886</b>	<b>-8,86%</b>
Disponível	5	35	-84,84%
Recebível	0	1	-100,00%
Investimentos	<b>9.005</b>	<b>9.851</b>	-8,59%
Títulos Públicos	3.598	4.097	-12,18%
Créditos Privados e Depósitos	4.052	4.504	-10,05%
Fundos de Investimento	1.288	1.249	3,15%
Outros Realizáveis	65	-	100,00%
Participação nos Investimentos do PGA	2	1	100,00%
<b>2. Obrigações</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>7,06%</b>
Operacional	8	7	7,06%
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>100,00%</b>
Fundos Administrativos	1	0	100,00%
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3-4)</b>	<b>9.001</b>	<b>9.879</b>	<b>-8,88%</b>
Fundos Previdenciais	9.001	9.879	-8,89%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração do Plano de Gestão Administrativa para os Exercícios

Findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2010	31/12/2009
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício anterior</b>		<b>32.401</b>	<b>34.754</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	3.3	<b>20.262</b>	<b>17.295</b>
<b>1.1. Receitas</b>	12.1		
Custeio Administrativo da gestão Previdencial		6.994	7.318
Custeio Administrativo dos Investimentos		421	-
Taxa de Administração de Empréstimos		296	273
Receitas Diretas		100	49
Resultado Positivo dos Investimentos		3.290	4.050
Reembolso da Gestão Assistencial		9.074	5.605
Outras Receitas		87	-
<b>2. Despesas Administrativas</b>	12.1	<b>18.086</b>	<b>19.648</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	3.3	<b>4.933</b>	<b>3.870</b>
Pessoal e encargos		2.185	2.235
Treinamentos/congressos e seminários		89	-
Viagens e estadias		73	-
Serviços de terceiros		612	472
Despesas gerais		1.250	179
Depreciações e amortizações		125	25
Contingências	6	520	513
Outras despesas		79	446
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>		<b>4.079</b>	<b>3.517</b>
Pessoal e encargos		2.102	1.439
Treinamentos/congressos e seminários		15	-
Viagens e estadias		13	-
Serviços de terceiros		1.738	1.798
Despesas gerais		150	226
Depreciações e amortizações		55	28
Outras despesas		6	26
<b>2.3. Administração Assistencial</b>		<b>9.074</b>	<b>6.995</b>
<b>2.4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios</b>	13.3	<b>-</b>	<b>5.266</b>
<b>4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)</b>		<b>2.176</b>	<b>(2.353)</b>
<b>5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)</b>		<b>2.176</b>	<b>(2.353)</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)</b>	12.2	<b>34.577</b>	<b>32.401</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações das Obrigações Atuariais do Plano Previdencial I e II - BD para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2010	31/12/2009	Variação (%)
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano (1+2)</b>	<b>3.719.273</b>	<b>3.467.805</b>	<b>7,25%</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>3.224.434</b>	<b>3.052.852</b>	<b>5,62%</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>2.607.314</b>	<b>2.317.179</b>	12,52%
Benefício Definido	2.607.314	2.317.179	12,52%
<b>1.2. Benefícios a Conceder</b>	<b>617.120</b>	<b>735.673</b>	<b>-16,11%</b>
Benefício Definido	617.120	735.673	-16,11%
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>494.839</b>	<b>414.953</b>	<b>19,25%</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>494.839</b>	<b>414.953</b>	<b>19,25%</b>
<b>Superávit técnico acumulado</b>	<b>494.839</b>	<b>414.953</b>	<b>19,25%</b>
Reserva de contingência	494.839	414.953	19,25%

## Demonstrações das Obrigações Atuariais do Plano Previdencial III - CV para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2010	31/12/2009	Variação (%)
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano (1+2)</b>	<b>1.627.876</b>	<b>1.407.741</b>	<b>15,64%</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>1.529.121</b>	<b>1.346.615</b>	<b>13,55%</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>335.573</b>	<b>170.698</b>	<b>96,59%</b>
Benefício Definido	335.573	170.698	96,59%
<b>1.2. Benefícios a Conceder</b>	<b>1.193.548</b>	<b>1.175.918</b>	<b>1,50%</b>
<b>Contribuição Definida</b>	<b>1.134.667</b>	<b>1.095.738</b>	<b>3,55%</b>
Saldo de contas - parcela patrocinadores	576.615	559.423	3,07%
Saldo de contas - parcela participantes	558.052	536.315	4,05%
<b>Benefício Definido</b>	<b>58.881</b>	<b>80.180</b>	<b>-26,56%</b>
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>98.755</b>	<b>61.125</b>	<b>61,56%</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>98.755</b>	<b>61.125</b>	<b>61,56%</b>
<b>Superávit técnico acumulado</b>	<b>98.755</b>	<b>61.125</b>	<b>61,56%</b>
Reserva de contingência	98.613	61.125	61,33%
Reserva para revisão de plano	142	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Notas Explicativas para os Exercícios

De 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009

(Valores expressos em milhares de reais)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Copel de Previdência e Assistência Social é uma entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada, sem fins lucrativos, regulamentada pelas Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001. Foi constituída em 1971 sob a forma de fundação, com o objetivo de assegurar aos empregados de suas patrocinadoras e respectivos dependentes, além do seu quadro próprio, os seguintes benefícios:

- a) Complementação de renda mensal vitalícia normal, vitalícia diferida, por invalidez, velhice e abono anual;
- b) Complementação de renda mensal de pensão, auxílio doença, auxílio-reclusão e pecúlio por morte;
- c) Assistência à saúde em geral, por conta dos participantes e das patrocinadoras.

Em 31 de dezembro de 2010, a Fundação Copel era patrocinada pelas seguintes organizações: Cia Paranaense de Energia – Copel e suas subsidiárias integrais (Copel Distribuição S.A., Copel Geração e Transmissão S.A. e Copel Telecomunicações S.A.), Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento – LACTEC, Tradener Ltda., Escoelectric Ltda., Companhia Paranaense de Gás – COMPAGAS e a própria Fundação Copel.

A Fundação Copel administra três planos de benefícios previdenciários, que estão devidamente inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Social – CNPB, instituído pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, atualmente denominada Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e opera um plano de assistência à saúde, registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS:

- 1) Plano de Benefícios Previdenciários I e II-BD: Cadastrado no CNPB sob nº 1979.0017-74, o plano contempla participantes do Plano Básico (Plano I) e do Plano Complementar (Plano II), é classificado na modalidade de benefícios definidos (BD) e encontra-se fechado para novos participantes.
- 2) Plano de Benefícios Previdenciários III-CV: Cadastrado no CNPB sob nº 1998.0052-83, é classificado na modalidade de contribuições variáveis (CV) e apresenta-se como opção aos empregados que ingressaram nas patrocinadoras a partir de setembro de 1998.
- 3) Plano de Pecúlio: Cadastrado no CNPB sob nº 2006.0007-56, é classificado na modalidade de benefícios definidos, de pagamento único, e mantido apenas com contribuições dos participantes.

4) Plano PROSAÚDE:

Registrado na ANS sob nº 436.603/01-4, e na PREVIC sob nº 5000.0285-38, tem como finalidade conceder benefícios de natureza médico-hospitalar, farmacêutica e odontológica e é mantido com contribuições dos patrocinadores e dos participantes.

Em conformidade com o artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), a Fundação não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de sua renda, a título de lucro ou participação no resultado, aplica no país a totalidade dos seus recursos e mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros contábeis suportados pela legislação.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância às diretrizes contábeis estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social - MPS, aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar. Essas diretrizes não requerem a segregação dos ativos e passivos entre circulante e longo prazo e incluem a totalidade dos ativos e passivos dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

A estrutura contábil apresentada respeita a autonomia patrimonial dos planos de benefícios e identifica, separadamente, a gestão dos planos de benefícios previdenciais, do plano assistencial e a gestão administrativa. Os débitos e créditos entre as Gestões Previdencial, Administrativa e Assistencial estão registrados na contas de Valores a Transferir, as quais são consolidadas por ocasião da elaboração do Balanço Patrimonial.

Em atendimento à Resolução CGPC 28/2009, alterada pela Instrução MPS/SPC 34/2009 e pela Resolução CNPC 1/2011, que dispõe sobre os procedimentos contábeis aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar a partir de 01/01/2010, a Fundação Copel elaborou o regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA e adota as novas planificações contábeis emanadas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. O regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA foi aprovado na 151ª reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da entidade. O efeito contábil imediato da adoção do PGA está demonstrado na nota explicativa nº 12.

A nova legislação determinou também alterações no formato de apresentação do balanço patrimonial e criou a Demonstração da Mutações do Ativo Líquido – DMAL, em substituição à Demonstração do Resultado do Exercício – DRE. Criou também a Demonstração do Ativo Líquido – DAL, a qual deve ser elaborada para

cada plano de benefício previdencial, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA, consolidada, e a Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano – DOAP, também para os planos de benefício previdencial. Não elaboramos a DOAP para o Plano Pecúlio porque, embora este seja um plano de benefícios previdenciários, o seu regime de capitalização é financeiro, não registrando provisões atuariais.

Embora a resolução MPS/CGPC 28/2009 dispense o preenchimento das colunas “Exercício Anterior” dessas demonstrações em 2010, por se tratar de novos modelos, a Fundação Copel apresenta o Balanço Patrimonial e a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido de 31 de dezembro de 2009, reclassificados para permitir a comparabilidade nos períodos apresentados. A coluna “Exercício Anterior” da Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA também   apresentada, porém não está reclassificada, porque o método de apropria o e totaliza o das despesas era diferente no ano de 2009, não permitindo reclassifica o.

As notas explicativas são apresentadas apenas para as demonstra es consolidadas e todos os valores estão apresentados em milhares de reais.

### **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA ELABORA O DAS DEMONSTRA OES FINANCEIRAS**

#### **3.1. GESTÃO PREVIDENCIAL**

As receitas e as despesas são contabilizadas pelo regime de competência, segregando as contribui es dos participantes das contribui es das patrocinadoras. O saldo de opera es com as patrocinadoras   atualizado pelos encargos financeiros contratuais, até a data das demonstra es financeiras.

#### **3.2. GESTÃO ASSISTENCIAL**

As receitas e as despesas são contabilizadas pelo regime de competência, segregando as contribui es das patrocinadoras das contribui es de responsabilidade dos participantes, formando fundos exclusivos para o Plano PROSAÚDE. O rendimento das aplica es financeiras desses recursos   incorporado ao fundo do Plano.

A partir de 2010 a gestão assistencial deixou de repassar ao Plano de Gestão Administrativa o valor da taxa administrativa, fazendo o reembolso direto das despesas administrativas assistenciais apuradas pelo Plano de Gestão Administrativa - PGA.

As Receitas Assistenciais são provenientes das mensalidades arrecadadas das patrocinadoras e dos participantes, ativos e assistidos.

As Despesas Assistenciais registram todos os gastos incorridos com os benefícios de assistência   saúde, como, por exemplo, o pagamento de consultas e exames médicos, além da provisão de eventos ocorridos e não avisados.

A Constitui o de Contingências refere-se   discussão sobre a legalidade da cobrança do PIS e da COFINS, conforme exposto na Nota Explicativa 13.2.

#### **3.3. GESTÃO ADMINISTRATIVA**

As receitas e as despesas são contabilizadas

mensalmente, pelo regime de competência. As despesas administrativas assistenciais são reembolsadas pela Gestão Assistencial. As receitas e despesas administrativas da gestão previdencial são registradas e segregadas de forma a permitir a gestão administrativa por plano previdencial.

As Receitas Administrativas incluem as taxas de administra o de empréstimos aos participantes e também as contribui es para custeio administrativo pagas pela Gestão Assistencial e Gestão Previdencial. As Despesas Administrativas englobam os gastos administrativos da Gestão Previdencial, da Gestão Assistencial e do Fluxo dos Investimentos. Tais gastos referem-se a salários e encargos, treinamentos, contrata es de serviços de terceiros, deprecia es e amortiza es, além de despesas gerais como material de expediente e contas de consumo da entidade. A Constitui o de Contingências refere-se às discussões sobre a legalidade da cobrança do PIS e da COFINS, conforme exposto na Nota Explicativa 6.

#### **3.4. INVESTIMENTOS**

O Fluxo dos Investimentos registra as aplica es efetuadas, utilizando estrutura de gestão multifundos, com carteiras específicas para cada plano administrado pela entidade.

Os investimentos da Fundac o Copel estão segmentados em:

##### **3.4.1. RENDA FIXA**

As aplica es de Renda Fixa são classificadas em duas categorias específicas, de acordo com a intenc o de negocia o. Os títulos na categoria “para negocia o”, incluem os títulos e valores mobiliários com o objetivo de poderem ser negociados antes do vencimento, sendo contabilizados pelo valor de mercado. Os títulos na categoria “mantidos até o vencimento” incluem os títulos e valores mobiliários para os quais haja a intenc o e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisi o, acrescidos dos rendimentos pro rata temporis.

##### **3.4.2. RENDA VARIÁVEL**

As aplica es em a es estão registradas pelos valores de mercado, obtidos pelas cota es de fechamento na data do balanço ou data anterior mais próxima, com exce o das a es que não tiverem sido negociadas nos últimos seis meses, que são registradas pelo menor valor entre o preço de custo e valor patrimonial. Os Fundos de Renda Variável estão registrados ao custo de aquisi o acrescido dos ganhos auferidos ou perdas incorridas até a data do balanço. A varia o apurada entre os valores atual de mercado e o anterior   apropriada mensalmente   conta de receita e/ou despesa. As receitas decorrentes de dividendos e bonifica es em dinheiro são contabilizadas no respectivo exercício em que foram declarados pelas empresas.

##### **3.4.3. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS**

O segmento de Investimentos Estruturados pode conter fundos de investimento: em participa o, em empresas emergentes, imobiliários e em multimercado.

A aquisição se dá em número de quotas do fundo e a apuração do valor dessas quotas é feita de acordo com normas específicas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

#### 3.4.4. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

São registrados pelo custo de aquisição ou construção e atualizados conforme laudos técnicos de avaliação emitidos por empresas especializadas, a cada período de três anos, em conformidade com a Resolução MPS/CGPC 28/2009 e Instrução MPS/CGPC 34/2009, sendo que a última reavaliação ocorreu em dezembro de 2008. A depreciação das edificações é calculada pelo método linear, à taxa anual entre 2,00% e 6,66%, conforme apontado pelos laudos de avaliação.

#### 3.4.5. OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Registra as operações de empréstimos concedidos aos participantes (ativos e assistidos). O saldo reflete a posição atualizada da carteira na data das demonstrações financeiras. Para as operações de até 12 meses são cobrados juros prefixados de 1,2% ao mês, enquanto que as operações de 13 a 60 meses são remuneradas com juros pós-fixados de 0,7% ao mês, mais a variação do INPC (IBGE). A taxa de administração é de 0,20% sobre o montante contratado.

#### 3.5. ATIVO PERMANENTE

##### 3.5.1. IMOBILIZADO

Os valores dos bens são registrados pelo custo de aquisição. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear, às taxas anuais de 10% para instalações em geral e móveis e utensílios e 20% para veículos.

##### 3.5.2. INTANGÍVEL

Representa as compras de direitos de uso de softwares, registradas pelo custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear à taxa anual de 20%.

##### 3.5.3. DIFERIDO

No grupo Diferido estão registrados os gastos com a reestruturação do sistema de informações, cujos projetos, executados por consultoria externa, contemplam o desenvolvimento e a implantação de soluções tecnológicas com abrangência completa para suporte aos processos de negócios da Fundação Copel nas áreas Previdenciária, Assistência Médica, Administrativa, Contábil, Financeira, Jurídica e de Relacionamento com Clientes. Registra também os demais gastos inerentes à reestruturação, como infraestrutura, consultorias e mão-de-obra. O processo de reestruturação teve início em junho de 2007, com término inicialmente previsto para outubro de 2008, porém como não foi concluído até dezembro de 2009, como houve alterações na legislação aplicável à situação e devido ao atual estágio de desenvolvimento do projeto, a Fundação Copel decidiu encerrar o processo de diferimento das despesas. Assim, iniciou-se em janeiro de 2010 a amortização do saldo acumulado em 31 de dezembro de 2009, à taxa de 10% ao ano.

#### 3.6. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Registra provisões contingenciais referentes à discussão da legalidade na cobrança dos tributos PIS e COFINS. A partir de março de 2006, a Entidade passou a depositar judicialmente os valores apurados de PIS e COFINS, reconhecendo provisão para contingências sobre a totalidade desses depósitos judiciais.

#### 3.7. PROVISÕES MATEMÁTICAS

##### 3.7.1. REGIME FINANCEIRO

A Fundação Copel adota o regime financeiro de capitalização para o cálculo das provisões matemáticas relativas aos benefícios a serem pagos aos participantes dos planos de Benefício Definido – BD, deduzidas das contribuições futuras dos Participantes e Patrocinadoras. Nesses planos o custo do tempo de serviço anterior ao ingresso dos participantes foi coberto por dotação inicial e contribuições correntes da Patrocinadora e/ou aquisição de jóia. As provisões matemáticas do plano de Contribuição Variável – CV são calculadas em quantidade de quotas, controladas individualmente para cada participante. Os participantes que migraram do Plano I e II-BD ao Plano III-CV, têm, além das cotas desse plano, o BSA – Benefício Saldado Anterior, conforme definido pelo regulamento.

##### 3.7.2. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

Corresponde à diferença entre o valor atual dos encargos assumidos pela Fundação no Plano Previdenciário I e II-BD e no Plano III-CV, em relação aos participantes em gozo de complementação de aposentadorias ou pensões, e o valor atual das contribuições que por eles venham a ser pagas à Fundação para sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio vigente.

##### 3.7.3. BENEFÍCIOS A CONCEDER

###### CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA – SALDO DE CONTAS:

Corresponde aos valores atuais dos encargos a serem assumidos pela Fundação Copel no Plano III-CV, em relação aos participantes que ainda não estejam em gozo de complementação de aposentadoria.

###### BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO:

Corresponde aos valores atuais dos encargos, calculados atuarialmente, a serem assumidos pela Fundação Copel nos Planos I e II-BD, e no Plano III-CV, a parcela do BSA – Benefício Saldado Anterior, em relação aos participantes que ainda não estejam em gozo de complementação de aposentadoria.

###### BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO:

Corresponde aos valores atuais dos encargos, calculados atuarialmente, a serem assumidos pela Fundação Copel nos Planos I e II-BD e no Plano III-CV, referentes aos benefícios de aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e pecúlio por morte.

#### 4. GESTÃO PREVIDENCIAL

	31/12/2010	31/12/2009
<b>CONTRIBUIÇÕES A RECEBER</b>		
Patrocinadoras	4.079	4.697
Participantes	3.667	3.348
	<u>7.746</u>	<u>8.045</u>
<b>CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS</b>		
<b>PATROCINADORAS - CONTRIBUIÇÕES A VENCER</b>		
COPEL Geração e Transmissão S.A.	127.262	130.454
COPEL Transmissão S.A.	115.693	118.595
COPEL Distribuição S.A.	312.372	320.206
COPEL Telecomunicações S.A.	22.560	23.126
COPEL Participações S.A.	578	593
(-) Provisões de Créditos de Liquidação Duvidosa	(578.465)	(592.974)
	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>PATROCINADORAS - CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO</b>		
COPEL Geração e Transmissão S.A.	75.380	48.481
COPEL Transmissão S.A.	67.252	42.798
COPEL Distribuição S.A.	185.024	118.998
COPEL Telecomunicações S.A.	14.639	9.870
COPEL Participações S.A.	343	220
(-) Provisões de Créditos de Liquidação Duvidosa	(342.638)	(220.367)
	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total das Contribuições Contratadas</b>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>OUTROS DIREITOS A RECEBER</b>	<u>2.449</u>	<u>1.542</u>
<b>TOTAL DO PROGRAMA PREVIDENCIAL</b>	<u>10.195</u>	<u>9.587</u>

Dos valores de R\$ 2.449 mil em 31 de dezembro de 2010 e R\$ 1.542 mil em 31 de dezembro de 2009, registrados a título de outros direitos a receber, R\$ 2.319 mil e R\$ 106 mil referem-se a notas de débitos emitidas contra as patrocinadoras. Essas notas são emitidas para o reembolso de valores pagos judicialmente em reclamatórias trabalhistas, nas quais a Fundação foi citada como parte do pólo passivo, e para recompor reservas matemáticas em virtude da revisão de benefícios nessas ações judiciais.

##### 4.1. CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS

Com a aprovação do Plano de Benefícios Previdenciários III-CV pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC do Ministério da Previdência Social - MPS, através do Ofício da SPC/CGOF/COJ nº 638, de 03 de setembro de 1998 e 21 de outubro de 1998, e pela 82ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, realizada em 29 de setembro de 1998, sob atualização da Resolução MPS/CGPC nº 16/2005, para garantir o benefício proporcional adquirido pelos participantes em função da mudança de plano, a Patrocinadora assumiu o montante das reservas matemáticas necessárias, calculado atuarialmente, para ser amortizado em 240 prestações mensais, a partir de fevereiro de 1999 e término previsto para janeiro de 2019.

Após a criação das subsidiárias integrais em 1º de julho de 2001, o saldamento foi transferido às mesmas, segregadas com base em seus respectivos quadros de funcionários, existentes na data-base cálculo da dívida, em 31 de dezembro de 1997. Os saldos assumidos pelas subsidiárias foram objeto de novos contratos, firmados individualmente entre as mesmas e a Fundação, amparados por cláusula de garantia real. Em razão da celebração desses novos contratos, o

contrato com a patrocinadora instituidora, celebrado em 20 de janeiro de 1999, foi rescindido, dando-se às partes a mais ampla quitação quanto aos direitos e obrigações oriundos do mesmo. Assim, ficou a patrocinadora instituidora como garantidora solidária, em caso de qualquer eventual déficit decorrente da concessão de benefícios aos empregados das suas subsidiárias integrais.

As amortizações vinham sendo efetuadas desde 1º de agosto de 2001, acrescidas de taxa real de juros equivalentes a 6% a.a. e com atualização mensal pelo INPC (IBGE).

Em 27 de julho de 2007, por meio da carta CODR-C/1086/2007/PRE, a Patrocinadora Instituidora COPEL comunicou à Fundação Copel, a imediata cessação dos pagamentos previstos no Instrumento Particular de Ajuste firmado em 20 de janeiro de 1999, por entender que as obrigações decorrentes do referido contrato estavam extintas.

Os valores em aberto estão reajustados conforme previsto em contrato e registrados conforme determina a Resolução CGPC 28/09, alterada pela Instrução MPS/SPC 34/09.

Em 10 de setembro de 2007, por meio da carta 440/PRE/2007, a Fundação Copel manifestou entendimento

contrário ao da Patrocinadora Instituidora. Os entendimentos divergentes levaram à formulação de uma consulta conjunta à Secretaria de Previdência Complementar, solicitando a apreciação e manifestação do Órgão Fiscalizador em relação à questão, conforme carta CODR-C/1369/2007/PRE, de 20 de setembro de 2007.

Com a finalidade de formalizar os entendimentos havidos nas reuniões realizadas na Secretaria de Previdência Complementar, Copel e Fundação Copel enviaram a correspondência CODR-C/1532/2007/PRE em 29 de outubro de 2007, confirmando que estavam suspensos os pagamentos desde 27 de julho de 2007. Em 23 de novembro de 2007, de acordo com a Resolução CGPC nº 23, de 06/12/2006, por meio do Ofício nº 4511/2007/SPC/DELG, a Secretaria de Previdência Complementar encaminhou à Patrocinadora Instituidora COPEL o Despacho nº 048/2007/SPC/DETECC/CGAT, datado de 25 de outubro de 2007. Neste solicitou esclarecimentos e sugeriu a realização de auditoria atuarial independente com o objetivo de avaliar o processo de saldamento, notadamente a avaliação atuarial que o embasou e a avaliação realizada em 2006, com parecer conclusivo sobre a adequação das premissas utilizadas e sobre a extinção ou não da dívida e/ou do contrato em questão. Em 16 de julho de 2008 a Fundação enviou para a SPC o Relatório de Auditoria Atuarial elaborado pela consultoria contratada, cujo parecer atesta “pela viabilidade da redução ou mesmo da extinção das obrigações decorrentes do Instrumento Particular de Ajuste das Reservas Matemáticas dos Planos Previdenciários”.

A SPC, por sua vez, em 08 de outubro de 2008, encaminhou Ofício solicitando maiores esclarecimentos e fundamentações ao Parecer. O pedido foi atendido em 12/11/2008.

No dia 17/02/2009 aconteceu nova reunião entre representantes da Fundação Copel e da Secretaria de Previdência Complementar na qual esta solicitou novas fundamentações e pareceres, o que foi atendido através da correspondência FC-322/PRE/2009 e anexos, de 30/03/2009, e da correspondência Copel DRDO-C/0503/2009/PRE, de 28/04/2009.

No dia 14 de maio de 2010, a PREVIC emitiu o parecer nº 27/ 2010/ CGCJ/ PF/ PREVIC que foi comunicado à Fundação Copel, através do Ofício nº 1.372/ 2010/ PF/ PREVIC de 20 de maio de 2010, apresentando a seguinte conclusão:

...

- a) *“a dívida assumida pela COPEL tem natureza de dívida atuarial;*
- b) *as partes acordaram que as obrigações assumidas pela patrocinadora, no contrato analisado, estariam extintas quando o DRAA indicasse a suficiência de reservas técnicas para a manutenção dos planos saldados;*
- c) *o equilíbrio técnico dos planos de benefícios, causa extintiva da obrigação assumida pela COPEL, ocorre com a integralização de 100% (cem por cento) das reservas técnicas;*
- d) *a necessidade de alteração das premissas atuariais dos planos de benefícios administrados pela Fundação Copel não gera efeitos quanto à extinção das*

*obrigações da patrocinadora, no caso em questão, pois está relacionada com as avaliações atuariais futuras e com medidas a serem adotadas pela EFPC;”*

A diretoria da Fundação Copel contratou assessoria jurídica especializada com o fim de buscar a viabilidade jurídica da celebração de novo instrumento particular apto a garantir a solidez e saúde financeira dos planos em caso de ocorrência de premissas não aderentes aos padrões atuariais aplicáveis ao presente caso. Em razão das informações atuais existentes sobre o assunto e em atendimento às Normas Complementares nº 9, 10 e 11 da Instrução MPS/SPC 34/2009, que fazem parte das Normas de Procedimentos Contábeis emanadas do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, está constituída provisão para fazer face às operações representadas por direitos creditórios de liquidação duvidosa cujo valor é de R\$ 921,103 mil, em 31 de dezembro de 2010, correspondente a 100% do valor atualizado das parcelas vencidas e a vencer do contrato em discussão.

## 5. INVESTIMENTOS

### 5.1. RENDA FIXA

Os investimentos em Renda Fixa estão custodiados no Banco Itaú S/A e acumulam em 2010 uma rentabilidade real, ou seja, desconsiderada a inflação do período, medida pelo INPC, de 6,73% para o Plano I e II-BD e 5,92% no Plano III-CV. A diferença de rentabilidade entre os planos decorre da diferença entre as carteiras de investimento. Por serem dois planos com características distintas, estas buscam adequar-se ao perfil de cada massa de participantes. Desta maneira, para o Plano I e II-BD, que é um Plano maduro e em extinção, a carteira é constituída principalmente de títulos públicos indexados à inflação, com vencimentos mais longos. A carteira do Plano III-CV, que é um plano jovem e em expansão, tem uma composição mais diversificada, carregando tanto títulos públicos com vencimentos diversos, como também títulos privados com vencimentos mais curtos.

Outra diferença é o critério de precificação. Na carteira do Plano I e II-BD a maioria dos títulos é precificada pela curva do papel, isto é, a taxa de juros é apropriada linearmente ao longo da vida dos títulos; já os títulos da carteira do Plano III-CV são, em sua grande maioria, precificados a mercado, isto é, pelo valor que o mercado lhes atribui no dia-a-dia. Isto faz com que o valor dos títulos e, em última instância, a rentabilidade deles oscile diante das incertezas econômicas e políticas que permeiam as expectativas dos agentes de mercado. Ao longo do período, não houve alienação dos títulos públicos federais classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

### 5.1. RENDA FIXA

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Títulos Públicos	3.305.834	2.707.706
Créditos Privados e Depósitos	573.160	384.888
Fundos de Investimento	919.992	1.440.837
<b>TOTAL DA RENDA FIXA</b>	<b><u>4.798.986</u></b>	<b><u>4.533.431</u></b>

### 5.2. RENDA VARIÁVEL

Os investimentos em Renda Variável acumulam em 2010 uma rentabilidade real, ou seja, desconsiderada a inflação do período, medida pelo INPC, de -10,24% para o Plano I e II-BD e -4,27% no Plano III-CV, e estão distribuídos em fundos exclusivos com administração terceirizada e em carteira própria, administrada pela Fundação.

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Ações	297.540	90.654
Empréstimos de Ações	1.330	167
Fundos de Investimentos em Ações	115.822	109.123
<b>TOTAL DA RENDA VARIÁVEL</b>	<b><u>414.692</u></b>	<b><u>199.944</u></b>

### 5.3. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

A carteira de investimentos estruturados, cujos totais eram de R\$ 3.011 mil em 2010 e R\$2.821 em 2009, é composta por dois fundos, a saber: Fundo de Investimento em Participações Investidores Institucionais, do qual a Fundação detém 2,26% das quotas e cujo saldo era de R\$ 935 mil em 2010 e R\$ 962 mil em 2009, e Fundo de Investimento Imobiliário Nova Morada, do qual a Fundação detém 25% das quotas e cujo valor era de R\$ 2.076 mil em 2010 e R\$1.859 mil em 2009.

### 5.4. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Os investimentos imobiliários apresentavam os seguintes saldos:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Terrenos	184	
Edificações de Uso Próprio	3.813	3.878
Edificações Locadas	63.913	64.244
Participações em Shopping Center	23.342	22.481
<b>TOTAL DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS</b>	<b><u>91.252</u></b>	<b><u>90.603</u></b>

Os investimentos em Imóveis e Shopping Center foram reavaliados em 2008, conforme determinam o Ofício Circular 18/DECON/SPC de 04/12/2003, a Resolução MPS/CGPC 28/09 e a Instrução MPS/CGPC 34/09.

### 5.5. OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

As operações de empréstimos com participantes apresentavam os seguintes saldos:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Participantes Ativos	52.439	52.590
Participantes Assistidos	33.050	29.164
Outros Empréstimos	143	125
(-) Provisão Para Perdas	(70)	(43)
Parcelas de Empréstimos a Receber	2.073	1.769
<b>TOTAL DE EMPRÉSTIMOS</b>	<b><u>87.635</u></b>	<b><u>83.605</u></b>

O valor registrado a título de parcelas de empréstimos a receber refere-se às parcelas de empréstimos descontadas dos participantes ativos, nos meses de dezembro de 2010 e dezembro de 2009, e repassadas à Fundação pelas patrocinadoras nos meses de janeiro de 2011 e janeiro de 2010.

Esse segmento acumula em 2010 uma rentabilidade real, ou seja, desconsiderada a inflação do período, medida pelo INPC, de 8,41% para o Plano I e II-BD e 7,95% para o Plano III-CV.

#### 5.6. OUTROS REALIZÁVEIS

Correspondem aos valores a receber da União a título de ressarcimento oriundo de ganho judicial em ações ordinárias relativas ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF e recolhimentos indevidos ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; os valores a receber da empresa Kadima Empreendimentos e Participações Ltda., proveniente de acordo judicial firmado em 03 de novembro de 2005, sendo que o saldo a receber em dezembro de 2010 refere-se ao valor das restantes três parcelas anuais de R\$ 2.100 mil, acrescido da atualização contratual do período; também os valores a transferir entre planos referentes à recuperação de créditos pagos pela massa falida do Banco Santos, cujo montante recebido em 2010 foi de R\$ 10.724 mil.

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Precatórios	598	2.150
Kadima Empreend. e Participações Ltda	11.355	13.432
Massa Falida Banco Santos	1.428	-
<b>TOTAL OUTROS REALIZÁVEIS</b>	<u>13.381</u>	<u>15.582</u>

#### 6. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Os saldos de R\$ 62 mil, em 31 de dezembro de 2010 e de R\$ 64 mil em 31 de dezembro de 2009, devem-se às contingências de PIS e COFINS. Sua origem consta nos processos 2006.70.00.007295-7 e 2003.70.00.046819-0, nos quais a Fundação Copel discute a legalidade da cobrança desses tributos, por não possuir "faturamento" como base de cálculo do PIS (0,65%) e da COFINS (4%).

A partir de março de 2006, a Entidade passou a depositar judicialmente os valores apurados de PIS e COFINS, reconhecendo provisão para contingências sobre a totalidade desses depósitos judiciais. Atualmente, os depósitos judiciais da Gestão Administrativa totalizam R\$ 2.212 mil.

#### 7. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

##### 7.1. PROVISÕES MATEMÁTICAS

Os saldos das Provisões Matemáticas, em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, correspondentes aos planos previdenciários, definidos como "Benefícios Definidos – BD" e "Contribuição Variável – CV", apresentaram a seguinte composição consolidada:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
<b>BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>		
Plano I e II (BD)	2.607.314	2.317.179
Plano III (CV)	<u>335.573</u>	<u>170.698</u>
	<u>2.942.887</u>	<u>2.487.877</u>
<b>BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>		
Geração Atual		
Plano I e II (BD) - Programados	617.543	737.614
Plano III (CV) - Programados	1.134.667	1.095.737
(-) Contribuições Futuras - Plano I e II (BD) - Programados	(1.688)	-
Plano I e II (BD) - Não Programados	1.368	1.404
Plano III (CV) - Não Programados	95.447	121.322
(-) Contribuições Futuras - Plano I e II (BD) - Não Programados	(103)	(3.345)
(-) Contribuições Futuras - Plano III (CV) - Não Programados	<u>(36.566)</u>	<u>(41.142)</u>
	<u>1.810.668</u>	<u>1.911.590</u>
<b>TOTAL DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	<u>4.753.555</u>	<u>4.399.467</u>

O valor das Provisões Matemáticas, cuja oscilação em 2010 foi de R\$ 354.089 mil, representa o valor presente das reservas de benefícios concedidos e a conceder, calculados com base no regulamento de cada um dos planos, incluindo as provisões necessárias para ajustes, de acordo com o Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial-DRAA emitido pelo atuário independente Mercer Consulting. O atuário independente faz a avaliação anual do plano e define o plano de custeio para o exercício seguinte. As avaliações mensais são realizadas pelo atuário interno da Fundação Copel.

## 7.2. EQUILÍBRIO TÉCNICO

O saldo do Equilíbrio Técnico corresponde à suficiência patrimonial acumulada e transitória constituída em reserva de contingência, relativo aos planos de benefícios, como segue:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Superávit Técnico no início do exercício	476.079	114.107
Resultado líquido do período	117.373	361.972
Reserva para revisão do Plano III	142	
<b>SUPERÁVIT TÉCNICO NO FINAL DO PERÍODO</b>	<u>593.594</u>	<u>476.079</u>

Conforme artigo 20 da Lei Complementar nº 109/2001 e Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, o superávit apurado até o limite de vinte e cinco por cento das reservas matemáticas deve ser destinado à constituição de Reserva de Contingência.

O superávit técnico acumulado em 31 de dezembro de 2010, no valor de R\$ 494.839 mil no Plano I e II-BD e R\$ 98.755 mil no Plano III-CV, tem a destinação de dar cobertura a desvios desfavoráveis que possam vir a ocorrer em relação às hipóteses atuariais adotadas, em especial no que se refere à mortalidade e ao retorno dos investimentos.

A partir do exercício de 2006 a Fundação adotou as tábuas de mortalidade AT-83 e AT-49 que, por serem mais conservadoras para mortalidade geral e mortalidade de inválidos, aumentaram a expectativa de vida em aproximadamente seis anos, com relação às adotadas anteriormente AT 49 e IAPB 55, mantendo-se a tábua light média para entrada em invalidez.

A constituição da provisão para fazer face às operações representadas por direitos creditórios de liquidação duvidosa, conforme exposto na Nota Explicativa 4.1, reduziu o superávit acumulado do Plano I e II-BD em R\$ 107.762 mil em 2010, em R\$ 77.141 mil em 2009, em R\$ 410.442 mil em 2008, e R\$ 325.758 mil em 2007.

## 8. FUNDOS DA GESTÃO PREVIDENCIAL

Corresponde aos fundos do Plano Pecúlio e do Plano III-CV, cujo acréscimo em 2010 foi de R\$ 1.963 mil e no ano de 2009 foi de R\$ 11.879 mil.

O Fundo do Plano Pecúlio é constituído pela diferença entre as contribuições dos participantes (ativos e assistidos) e os benefícios pagos. O saldo era de R\$ 9.001 em 31 de dezembro de 2010 e de R\$ 9.879 mil em 31 de dezembro de 2009.

O Fundo do Plano III-CV corresponde ao saldo da conta denominada Oscilação de Riscos, no valor de R\$ 15.421 mil em 31 de dezembro de 2010 e de R\$ 12.579 mil em 31 de dezembro de 2009. Essa conta registra a reversão das contribuições da Patrocinadora nos casos de resgate antecipado de reserva de poupança por parte do Participante ativo, e também a reversão do montante da reserva de poupança nos casos de falecimento do Participante ativo que não deixe dependente(s) ou pessoa(s) designada(s), conforme previsto no regulamento do Plano.

## 9. RECURSOS COLETADOS PELA GESTÃO PREVIDENCIAL

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
<b>CORRENTES</b>		
Patrocinadoras	64.173	52.034
Participantes	52.965	49.864
Autofinanciados	1.059	1.151
Outros Recursos Correntes	16	13
Provisões	955	
	<u>119.168</u>	<u>103.062</u>
<b>CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS</b>	<u>107.762</u>	<u>77.141</u>
<b>PORTABILIDADE</b>	<u>493</u>	<u>57</u>
<b>OUTROS RECURSOS COLETADOS</b>	<u>677</u>	<u>-</u>
<b>CUSTEIO ADMINISTRATIVO</b>	<u>-</u>	<u>7.246</u>
<b>TOTAL DOS RECURSOS COLETADOS</b>	<u>228.101</u>	<u>187.506</u>

Até dezembro de 2009 a contribuição previdenciária que seria destinada à transferência interprogramas de custeio administrativo era registrada em conta específica no grupo de recursos coletados da gestão previdencial. A partir de 2010, com a implantação do novo plano de contas, a contribuição para custeio administrativo passou a ser registrada como destinação de recursos para a Gestão Administrativa.

## 10. RECURSOS UTILIZADOS PELA GESTÃO PREVIDENCIAL

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
<b>CORRENTES</b>		
Benefícios de Prestação Continuada	252.513	213.406
Benefícios de Prestação Única	8.344	7.025
	<u>260.858</u>	<u>220.431</u>
<b>PORTABILIDADE</b>	<u>34</u>	<u>70</u>
<b>OUTROS RECURSOS UTILIZADOS</b>	<u>108.361</u>	<u>77.141</u>
<b>TOTAL DOS RECURSOS UTILIZADOS</b>	<u>369.252</u>	<u>297.642</u>

A constituição da provisão para fazer face às operações representadas por direitos creditórios de liquidação duvidosa, conforme exposto na Nota Explicativa 4.1, está registrada na conta "Outros recursos utilizados".

## 11. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Evidencia as principais variações, e suas causas, no Ativo Líquido da entidade.

### 11.1. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DA GESTÃO PREVIDENCIAL

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
<b>ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>4.898.004</b>	<b>4.301.379</b>
<b>ADIÇÕES</b>	<b>855.167</b>	<b>901.586</b>
Contribuições Previdenciais	228.101	187.506
Resultado Positivo dos Investimentos	627.066	714.080
<b>DESTINAÇÕES</b>	<b>(381.600)</b>	<b>(304.961)</b>
Benefícios	(369.252)	(297.642)
Resultado Negativo dos Investimentos	(5.354)	-
Custeio Administrativo	(6.994)	(7.319)
<b>ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO</b>	<b>473.567</b>	<b>596.625</b>
Provisões Matemáticas	354.088	222.774
Fundos Previdenciais	1.964	11.879
Superávit Técnico do Exercício	117.515	361.972
<b>ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>5.371.571</b>	<b>4.898.004</b>

A Resolução CGPC 28/2009, alterada pela Resolução CNPC 01/2011, determina a elaboração e divulgação da Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL consolidada e por plano de benefício previdencial. A DMAL referente à gestão previdencial, ou seja, consolidando apenas os planos previdenciais, está apresentada a título de complemento de informação.

De acordo com os normativos contábeis vigentes, no mês em que o Resultado dos Investimentos é negativo, o registro é lançado em conta específica, não se compensando com o resultado positivo de outros meses. Os Benefícios representam os recursos utilizados na cobertura dos benefícios (destinações) da Gestão Previdencial, contemplando as aposentadorias, pensões, auxílios-doença, além dos benefícios de pecúlio.

## 12. GESTÃO ADMINISTRATIVA

### 12.1. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

De acordo com o artigo 6º da Resolução CGPC nº 29/09, o montante anual de recursos destinados ao plano de gestão administrativa não poderá exceder a 1% do montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios (taxa de administração) ou 9% da soma das contribuições e dos benefícios dos planos (taxa de carregamento).

O Plano de Gestão Administrativa - PGA compreende as despesas com administração da Gestão Previdencial e da Gestão Assistencial, além do Fluxo dos Investimentos.

A Fundação Copel elaborou sistema de distribuição das despesas administrativas, que foram classificadas em diretas e indiretas, a saber: as diretas são aquelas alocadas exclusivamente ao Plano; as indiretas são rateadas levando em consideração o grau de comprometimento das mesmas em relação aos Planos. As despesas administrativas são segregadas aos Planos de Benefícios Previdenciários conforme a participação de cada um deles nos investimentos (despesas de administração de investimentos) e de acordo com o número de participantes de cada plano (despesas de administração previdenciária).

O custeio dos planos previdenciários é coberto por contribuições das Patrocinadoras, Participantes e Assistidos, conforme definido no plano de custeio do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial de cada plano de benefícios, emitido pelo atuário externo Mercer Consulting.

O custeio do Plano Pecúlio está incluso no valor do prêmio, tendo sido transferido a título de custo administrativo o montante equivalente a 2% das contribuições ao plano, mais o valor de R\$ 10 mil em fevereiro/2010, autorizados pela Diretoria Executiva devido à insuficiência do fundo constituído.

O custeio administrativo assistencial está incluso nas contraprestações mensais, sendo aplicada, desde outubro de 2007 até dezembro de 2009, uma taxa administrativa de 9% sobre o total mensal das contribuições ao plano de saúde. A partir de janeiro de 2010 o Plano Assistencial faz o reembolso direto do montante das despesas de administração assistencial apuradas pelo Plano de Gestão Administrativa – PGA. Os recursos do Fundo Administrativo estão aplicados em renda fixa.

### 12.2. FUNDOS DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Correspondem aos fundos constituídos com a diferença positiva apurada entre as receitas, despesas e resultado dos investimentos da Gestão Administrativa, para atender aos gastos administrativos dos planos previdenciários da Fundação Copel.

## 13. GESTÃO ASSISTENCIAL

### 13.1. ATIVOS E PASSIVOS DA GESTÃO ASSISTENCIAL

Os saldos ativos da Gestão Assistencial registram os investimentos dos fundos assistenciais e os recursos a receber referentes à operação do plano de saúde.

O Exigível Operacional registra as provisões técnicas constituídas conforme a Resolução Normativa – RN nº

209/2009 e as obrigações decorrentes da operação do plano de saúde.

Os Valores a Transferir aos demais planos totalizam R\$ 832 mil em 31 de dezembro de 2010 e R\$ 471 mil em 31 de dezembro de 2009, e, somados aos pagamentos recusados, compõem os Débitos Diversos.

### 13.2. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Contempla o valor de R\$ 10.194 mil, em 31 de dezembro de 2010, para registro de provisão das execuções fiscais nºs 2005.70.00.013037-0 e 2007.70.00.000555-9, nas quais o imóvel denominado KM3 foi dado como garantia de juízo, referentes às Notificações Fiscais de Lançamentos de Débito – NFLD's nºs 35.273.881-2, 35.273.883-9, e nº 35.273.885-5, além do valor de R\$ 4 mil referente a depósito judicial de PIS/COFINS a efetuar.

As NFLD's nºs 35.273.883-9 e 35.273.885-5 requerem as diferenças entre o valor pago e o devido, segundo o INSS, a título de contribuição social incidente sobre a remuneração paga a trabalhadores autônomos, prestadores de serviços médicos e odontológicos. Estas referentes aos períodos de maio de 1996 a dezembro de 1998 e de janeiro de 1999 a abril de 2002. A NFLD nº 35.273.881-2 refere-se à atuação pelo preenchimento incompleto de GFIP/GRFP, uma vez que os valores devidos foram considerados superiores aos valores declarados.

A diferença exigida pelo INSS refere-se à contribuição incidente sobre a parcela devida pelos participantes nos gastos do plano de saúde, a título de co-participação. A partir da competência março de 2003, a Fundação passou a efetuar o cálculo da contribuição conforme a orientação do INSS, reconhecendo o tributo como despesa, porém discute a legalidade da tributação no processo 2003.70.00004273-3. Assim, passou a efetuar, mensalmente, depósitos judiciais de toda a contribuição ao INSS (parte empresa) incidente sobre esses pagamentos a autônomos. O montante depositado judicialmente em 2010 é de R\$ 2.132 mil, sendo que o montante depositado desde o início do processo é de R\$ 16.954 mil.

A contingência de PIS e COFINS tem origem nos processos 2006.70.00.007295-7 e 2003.70.00.046819-0, nos quais a Fundação Copel discute a legalidade da cobrança desses tributos, por não possuir "faturamento" como base de cálculo do PIS (0,65%) e da COFINS (4%).

A partir de março de 2006, a Entidade passou a depositar judicialmente os valores apurados de PIS e COFINS, reconhecendo provisão para contingências sobre a totalidade desses depósitos judiciais. Atualmente, a Gestão Assistencial acumula contingência de R\$ 3.280 mil.

### 13.3. PATRIMÔNIO SOCIAL ASSISTENCIAL

Corresponde aos fundos exclusivos do Plano PROSAÚDE, constituídos pela diferença positiva entre as receitas de contribuições dos participantes (ativos e assistidos) e patrocinadoras e o pagamento de benefícios e despesas do plano. Os recursos estão aplicados em renda fixa.

De acordo com a Nota Técnica Atuarial registrada junto aos órgãos governamentais competentes, adequado

à Lei 9.656/98 e legislação complementar posterior, e ainda em consonância com o regulamento do Plano PROSAÚDE, o plano de custeio foi calculado pelo atuário independente Actuarial – Assessoria e Consultoria Atuarial, conforme parecer atuarial emitido em maio de 2010. Esse plano de custeio deve ser reavaliado com periodicidade não superior a doze meses, ou sempre que fatores externos assim o determinem.

De forma a atender a Resolução CGPC 28/09 e a Instrução MPS/SPC 34/09, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2010, em 31 de dezembro de 2009 o saldo do fundo administrativo assistencial, no montante de R\$ 5.265 mil, foi revertido e transferido da Gestão Administrativa para a Gestão Assistencial. Como a transferência financeira foi efetuada em 05 de fevereiro de 2010, o valor, em 31 de dezembro de 2009, ficou registrado no passivo da Gestão Administrativa e no ativo da Gestão Assistencial.

#### 14. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados com base em avaliação técnica e são considerados suficientes (afirmação não auditada pelos auditores independentes) para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros (incêndio, raio e explosão) envolvendo as edificações de propriedade da Fundação.

#### 15. RECLAMATÓRIAS TRABALHISTAS

Todas as reclamações trabalhistas de ex-empregados das patrocinadoras da Fundação Copel, que recebem benefícios desta, e que resultem em ganhos de natureza salarial, geram reflexos na renda dos benefícios previdenciários.

Conforme estabelece o contrato de adesão aos planos previdenciários, as patrocinadoras assumem os encargos decorrentes do recálculo do benefício, tanto em relação aos valores retroativos, calculados desde o início do benefício até o momento da sentença, quanto à reserva matemática necessária para garantir o benefício futuro.

#### 16. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A Fundação Copel teve sua imunidade tributária reconhecida em 1985 perante a 3ª Vara de Justiça Federal de Curitiba, e confirmada, posteriormente, pelo Plenário do extinto Superior Tribunal de Justiça - STJ, com trânsito em julgado em 08 de março de 1989. A ação requerida na vigência da Constituição Federal de 1967 protegeu a Fundação Copel quanto à tributação relativa ao imposto de renda na fonte decorrentes do Decreto-Lei nº 2.065/83, tendo sido confirmada a sentença em todas as instâncias superiores. Ficou ali assentado também que a imunidade que a protegia estendia-se não só ao citado Decreto-Lei, como também a outros diplomas legais de natureza ordinária que viessem a substituí-lo (julgado em 27 de março de 1985, com trânsito em julgado em 19 de agosto de 1991, na AC nº 93.04.24424-2-PR).

Conforme o artigo 17 da Instrução Normativa nº 588 de 21 de dezembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União em 26 de dezembro de 2005, as entidades de previdência complementar sem fins lucrativos estão isentas do imposto sobre a renda devido pelas pessoas jurídicas.

Curitiba, 21 de março de 2011.

HÉLIO JOSÉ PIZZATTO  
Presidente

JOSÉ CARLOS LOUREIRO  
Diretor Financeiro

ANTONIO SERGIO DE SOUZA GUETTER  
Diretor de Administração e Segurança

JOÃO MARIA DA SILVA DE LIMA  
Contador CO.CRC-PR 30444/O-3

*Os pareceres têm por objetivo informar aos participantes as conclusões expressas, integralmente, pelos auditores independentes a respeito das demonstrações contábeis auditadas, visando dar segurança aos participantes, aposentados e patrocinadoras de que a Fundação Copel foi administrada adequadamente.*

*Com base nos pareceres dos auditores independentes e dos conselheiros fiscais as contas são submetidas ao Conselho Deliberativo.*

## Relatório dos Auditores Independentes

Aos Diretores, Conselheiros, Beneficiários e Patrocinadores da FUNDAÇÃO COPEL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da **FUNDAÇÃO COPEL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31/dez./2010, e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do ativo líquido e do plano de gestão administrativa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são

apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **FUNDAÇÃO COPEL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL** em 31/dez./2010, e o desempenho consolidado de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

### Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4.1, a Entidade mantém registrado no ativo realizável, no plano previdencial, o montante de R\$ 921.103, em 31/dez./2010, a título de operações contratadas com as patrocinadoras, sobre o qual, com base em informações atuais e documentos disponíveis, a Administração da Entidade constituiu provisão integral por entender que o mesmo provavelmente não será realizado. O Órgão Regulador se manifestou, em parecer específico sobre o assunto, que a obrigação assumida pela patrocinadora é de natureza atuarial, e que estaria extinta quando o demonstrativo de resultados da avaliação atuarial indicasse a suficiência de reservas técnicas, e que essa suficiência ocorre com a integralização de 100% das reservas técnicas, situação esta na qual a Entidade se encontra atualmente. A diretoria da Entidade contratou assessoria jurídica especializada com o fim de buscar a viabilidade jurídica, para celebração de novo instrumento particular apto a garantir a solidez e saúde financeira dos planos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Outros Assuntos

As demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo representam os registros contábeis de todos os planos de benefícios sob a responsabilidade da Entidade.

Os procedimentos de auditoria foram planejados e executados considerando a posição consolidada da Entidade, e não sobre as informações individuais por plano de benefício, que estão sendo apresentadas em atendimento ao item 17, do Anexo C, da Resolução CGPC nº 28, de 26/jan./2009, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar.

#### **Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31/dez./2009, apresentados para fins de comparação, são

oriundos das demonstrações financeiras anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 29/mar./2010, que não conteve nenhuma modificação.

Curitiba, 21 de março de 2011.

GRUNITZKY AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
CRC-PR 4552/O-5

RICARDO LUIZ MARTINS  
Contador CRC-RS-036.460/O-8 T-PR

## **Parecer do Conselho Fiscal**

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação COPEL de Previdência e Assistência Social, abaixo assinados, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, assistidos pelo Contador da entidade, João Maria da Silva de Lima, tendo procedido a verificação do Balanço Patrimonial, Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido, consolidada e por planos, Demonstrações do Ativo Líquido por Plano, Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa, Demonstrações das Obrigações Atuariais dos Planos e Notas Explicativas correspondentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, bem como as contas da Diretoria Executiva relativas ao exercício de 2010, e em conformidade com os pareceres atuarial e dos auditores independentes, são de parecer que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelo Conselho Deliberativo desta Funda o.

Curitiba (PR), 14 de abril de 2011.

Roberto Pontedura

Robson Francisco de Souza Licks

Irineu Beltrami

## **Manifesta o do Conselho Deliberativo**

Os membros do Conselho Deliberativo da Funda o COPEL de Previdência e Assistência Social, presentes   179<sup>a</sup> Reunião Ordinária realizada no dia 15 de abril de 2011, no cumprimento das disposi es legais e estatutárias, e depois de terem sido apresentados todos os aspectos relevantes da presta o de contas da Diretoria Executiva, constituída de: Balanço Patrimonial, Demonstrações da Muta o do Ativo Líquido, consolidada e por planos, Demonstrações do Ativo Líquido por Plano, Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa, Demonstrações das Obrigações Atuariais dos Planos e Notas Explicativas correspondentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, e considerando todos os pontos contidos nos pareceres do atuário externo Mercer Human Resource Consulting Ltda, da auditoria externa, Grunitzky Auditores e Consultores, e do Conselho Fiscal da Entidade, decidiram unanimemente pela sua aprova o.

Curitiba (PR), 15 de abril de 2011.

Edson Benedito Cesar

Lauro Sueo Suzuki

Marta Gloria Paese Gentelini

Ulisses Kaniak

Antonio Justino Spinello

Eomar Antonio Concato

## Política de Investimentos

A Política de Investimentos é um documento de obrigatoriedade legal conforme Resolução CMN nº 3792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Copel que define as diretrizes de alocação dos investimentos distribuídos entre os segmentos de renda fixa, renda variável, imóveis, empréstimo a participantes e investimentos estruturados. Cada Plano administrado tem uma alocação diferenciada definida em função do seu passivo.



### Conheça a seguir

- demonstrativo dos investimentos realizados, com posição em 31/12/2010, nos segmentos de renda fixa, renda variável, de imóveis e de empréstimo a participantes, assim como os resultados obtidos nesses segmentos;
- resumo das principais despesas incorridas na gestão dos recursos, inclusive nas carteiras de gestão terceirizada, também com posição em dezembro de 2010; e
- resumo da Política de Investimentos, edição 2011.

## Distribuição dos Investimentos por Segmento

(Posição em 31/12/2010 - Valores expressos em milhares de reais)

SEGMENTO	PLANO I e II				PLANO III			
	2009		2010		2009		2010	
	R\$	(%)	R\$	(%)	R\$	(%)	R\$	(%)
DISPONÍVEL	130	0,00%	4	0,00%	466	0,03%	51	0,00%
RENDA FIXA	3.325.982	95,9%	3.472.703	93,3%	1.188.572	82,6%	1.313.038	78,9%
RENDA VARIÁVEL	12.952	0,4%	120.571	3,2%	187.954	13,1%	287.478	17,3%
IMÓVEIS	92.458	2,7%	91.235	2,5%		0,0%		0,0%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	22.374	0,6%	23.818	0,6%	61.225	4,3%	63.792	3,8%
ESTRUTURADOS	n/d	0,0%	3.011	0,1%		0,0%		0,0%
OUTROS REALIZÁVEIS	15.582	0,4%	11.953	0,3%		0,0%		0,0%
<b>SOMA</b>	<b>3.469.478</b>	<b>100%</b>	<b>3.723.295</b>	<b>100%</b>	<b>1.438.217</b>	<b>100%</b>	<b>1.664.359</b>	<b>100%</b>

SEGMENTO	PLANO PECÚLIO				TOTAL PROGRAMA DE INVESTIMENTOS			
	2009		2010		2009		2010	
	R\$	(%)	R\$	(%)	R\$	(%)	R\$	(%)
DISPONÍVEL	35	0,4%	5	0,1%	631	0,01%	60	0,00%
RENDA FIXA	9.851	99,6%	9.005	99,9%	4.524.405	92,0%	4.794.746	88,8%
RENDA VARIÁVEL		0,0%		0,0%	200.906	4,1%	408.049	7,6%
IMÓVEIS		0,0%		0,0%	92.458	1,9%	91.235	1,7%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,0%		0,0%	83.599	1,7%	87.610	1,6%
ESTRUTURADOS		0,0%		0,0%	n/d	0,0%	3.011	0,1%
OUTROS REALIZÁVEIS		0,0%		0,0%	15.582	0,3%	11.953	0,2%
<b>SOMA</b>	<b>9.886</b>	<b>100%</b>	<b>9.010</b>	<b>100%</b>	<b>4.917.581</b>	<b>100%</b>	<b>5.396.664</b>	<b>100%</b>

## Rentabilidade dos Investimentos por Segmento - 2010

SEGMENTO	PLANO I e II %	PLANO III %	PLANO PECÚLIO %
RENDA FIXA	13,63	12,77	10,82
RENDA VARIÁVEL	-4,44	1,92	
IMÓVEIS	12,86	-	
EMPRÉSTIMOS	15,42	14,93	
ESTRUTURADO	6,75	-	
DO PLANO	14,04	11,38	10,82
META ATUARIAL / ÍNDICE REFERÊNCIA	12,85	12,85	9,76

## Despesas de Gestão dos Planos de Benefícios - Ano 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

DESPESAS	PLANO I e II	PLANO III	PLANO PECÚLIO
CORRETAGEM CARTEIRA PRÓPRIA	57,4	59,1	
CORRETAGEM FUNDOS	15,8	191,9	
TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO	501,8	866,9	
CUSTÓDIA	340,1	145,8	1,0
AUDITORIA	105,5	72,3	0,2
CONSULTORIA E SISTEMAS	144,5	246,6	0,3
TAXAS (CVM, SELIC, CETIP, ANBID, BOVESPA)	237,8	132,2	6,8
AVALIAÇÕES ATUARIAIS	101,6	43,2	0,3

## Distribuição dos Investimentos - Gestão Terceirizada

(Posição em 31/12/2010 - Valores expressos em milhares de reais)

ADMINISTRADOR/GESTOR TERCEIRIZADO	Plano - I e II		Plano - III		Plano Pecúlio		
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	
Renda Fixa	- Banco do Brasil	204.578	5,49%	-	-	-	
	- Banco do Brasil (*)	7.046	0,19%	2.190	0,13%	1.288	14,29%
	- BNP Paribas		0,00%	214.350	12,88%	-	-
	- HSBC	160.862	4,32%	119.967	7,21%	-	-
	- Banco Itaú		0,00%	141.732	8,52%	-	-
Renda Variável	- Intrag/Schroder		0,00%	67.778	4,07%	-	-
	- Bradesco		0,00%	48.044	2,89%	-	-
Outros	- Investidores Institucionais (*)	935	0,03%	0,00%			
	- C&D (Fil Nova Morada) (*)	2.076	0,06%	0,00%			
<b>Total Investimentos Gestão Terceirizada</b>	<b>375.497</b>		<b>594.061</b>		<b>1.288</b>		
<b>Total Recursos Garantidores</b>	<b>3.723.295</b>		<b>1.664.359</b>		<b>9.010</b>		
<b>% da Gestão Terceirizada do Plano</b>	<b>10,09%</b>		<b>35,69%</b>		<b>14,29%</b>		

(\*) Fundos não exclusivos

## Modalidades de Aplicação dos Planos de Benefícios

### MODALIDADES DE APLICAÇÃO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

(Posição em 31/12/2010 - Valores expressos em milhares de reais)

DISCRIMINAÇÃO/TIPO	PLANO I e II R\$	PLANO III R\$	PLANO PECÚLIO R\$
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>4</b>	<b>51</b>	<b>5</b>
<b>INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA</b>	<b>3.472.703</b>	<b>1.313.038</b>	<b>9.005</b>
- TÍTULOS PÚBLICOS	2.840.793	493.176	4.886
- CERTIFICADOS DE DEPÓSITO BANCÁRIO	61.613	52.135	4.052
- QUOTAS DE FUNDOS INVESTIMENTOS FINANCEIRO	365.440	476.048	
- QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM DIREITO CREDITÓRIO	17.633	54.746	
- DEBÊNTURES	183.114	203.730	
- NOTAS PROMISSÓRIAS		6.439	
- MASSA FALIDA BANCO SANTOS	1.243	-1.681	65
- FUNDO ADMINISTRATIVO	2.867	28.445	2
<b>INVESTIMENTOS DE RENDA VARIÁVEL</b>	<b>120.571</b>	<b>287.478</b>	<b>0</b>
- AÇÕES	120.571	171.656	
- QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES		115.822	
<b>INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS</b>	<b>91.235</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
- EDIFICAÇÕES	67.893		
- PARTICIPAÇÕES (SHOPPING)	23.342		
<b>OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES</b>	<b>23.818</b>	<b>63.792</b>	<b>0</b>
- EMPRÉSTIMOS À PARTICIPANTES	23.818	63.792	
<b>INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS</b>	<b>3.011</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
- FIP	935		
- FUNDO IMOBILIÁRIO	2.076		
<b>OUTROS REALIZÁVEIS</b>	<b>11.953</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Informações

Com a publicação da Resolução CMN nº 3.792 em 28/09/2009, que estabeleceu o limite de 25% do capital social ou do capital votante de uma mesma companhia aberta (art. 42, itens I e II), os Planos BD e CV se enquadraram com relação à participação no capital (social e votante) da empresa Terminais Portuários da Ponta do Félix (TPPF).

Em atendimento ao estabelecido no art. 5º, inciso I, da Resolução CGPC nº 23/2006, estão disponibilizadas em nosso site, [www.fundacaocopel.org.br](http://www.fundacaocopel.org.br), as informações sobre as Assembleias Gerais, das Companhias nas quais a Fundação Copel detenha participação relevante, realizadas no decorrer do exercício de 2010.

## Política de Investimentos 2011

A Política de Investimentos da Fundação Copel, edição 2011 foi aprovada pelo Conselho Deliberativo em 22 de novembro de 2010, conforme Ata da 166ª Reunião Extraordinária.

### ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

#### PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS I e II

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
RENDA FIXA	87,0%	100,0%	89,0%
RENDA VARIÁVEL	0,0%	10,0%	5,0%
IMÓVEIS	0,0%	8,0%	4,0%
EMPRÉSTIMO E FINANCIAMENTOS	0,0%	5,0%	1,0%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,0%	10,0%	1,0%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,0%	2,0%	0,0%

#### PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS III

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
RENDA FIXA	50,0%	100,0%	72,0%
RENDA VARIÁVEL	0,0%	30,0%	22,0%
IMÓVEIS	0,0%	5,0%	0,0%
EMPRÉSTIMO E FINANCIAMENTOS	0,0%	15,0%	5,0%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,0%	10,0%	1,0%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,0%	2,0%	0,0%

#### PLANO PECÚLIO

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
RENDA FIXA	100,0%	100,0%	100,0%

#### PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
RENDA FIXA	100,0%	100,0%	100,0%

# Parecer Atuarial 2010

*O parecer atuarial é um estudo técnico com base em dados dos participantes, aposentados e seus beneficiários. É desenvolvido por um atuário independente, pelo menos uma vez por ano com o objetivo de dimensionar os compromissos futuros da entidade e o quanto os participantes e patrocinadoras devem contribuir para o plano de benefícios.*

*Para facilitar a compreensão relembramos as características dos planos previdenciários administrados pela Fundação Copel.*

## **Planos I e II**

*Planos Básico e Complementar são planos de benefício definido, vinculados à Previdência Social, fechado a novas adesões, desde 1998.*

## **Plano III**

*Plano de Contribuição Variável possibilita que o participante construa seu projeto de aposentadoria, de acordo com suas prioridades e características pessoais ao determinar a sua contribuição.*

*O saldo de conta acumulado em seu nome é composto por contribuições pessoais, patronais e a rentabilidade obtida na aplicação desse recurso.*

*Atualmente é o plano oferecido aos empregados das patrocinadoras da Fundação Copel.*

## **Plano Pecúlio**

*O Plano Pecúlio é um benefício de prestação única, cuja adesão é de caráter opcional. Este plano cobre morte natural, acidental e invalidez permanente parcial ou total. É possível optar pelo pecúlio adicional que dará cobertura ao participante em caso de falecimento do(a) cônjuge ou companheiro(a).*

## **Parecer Atuarial previsto no inciso IV do art. 3º da Resolução CGPC n.º 13 de 06/12/2006 sobre a situação dos planos previdenciários I e II da Fundação Copel relativo ao exercício de 2010**

Patrocinadoras: Companhia Paranaense de Energia - Copel; Copel Geração e Transmissão S/A; Copel Distribuição S/A; Copel Telecomunicações S/A

Elaborado pela consultoria externa Mercer Human Resource Consulting Ltda.

### **1. Introdução**

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios I e II mantido pela Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente às Patrocinadoras da Entidade em 31 de dezembro de 2010.

### **2. Posição do Exigível Atuarial e das Reservas e Fundos**

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor, previsto na Resolução CGPC n.º 28 de 26/01/2009

e Instrução MPS/SPC n.º 34 de 24/09/2009, e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela Fundação Copel, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2010 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e do Fundo Administrativo, fornecidos pela Fundação Copel.

CONTA	NOME	(em mil R\$)
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	3.722.543
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO PARA COBERTURA DO PLANO	3.719.273
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	3.224.434
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	2.607.314
2.3.1.1.01.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	-
2.3.1.1.01.01.01	SALDO DE CONTAS DOS ASSISTIDOS	-
2.3.1.1.01.02.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	2.607.314
2.3.1.1.01.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	2.491.430
2.3.1.1.01.02.02	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO-PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	115.884
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	617.120
2.3.1.1.02.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	-
2.3.1.1.02.01.01	SALDO DE CONTAS - PARCELA PATROCINADOR(ES) / INSTITUIDOR(ES)	-
2.3.1.1.02.01.02	SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES	-
2.3.1.1.02.02.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO	615.856
2.3.1.1.02.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	617.544
2.3.1.1.02.02.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	844
2.3.1.1.02.02.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	844
2.3.1.1.02.03.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO	1.264
2.3.1.1.02.03.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	1.368
2.3.1.1.02.03.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	52
2.3.1.1.02.03.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	52
2.3.1.1.02.04.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE REPARTIÇÃO DE CAPITAIS DE COBERTURA	-
2.3.1.1.02.05.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE REPARTIÇÃO SIMPLES	-
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.3.1.1.03.01.00	(-) SERVIÇO PASSADO	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) PATROCINADOR(ES)	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) PARTICIPANTES	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) DÉFICIT EQUACIONADO	-
2.3.1.1.03.02.01	(-) PATROCINADOR(ES)	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) PARTICIPANTES	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) ASSISTIDOS	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) POR AJUSTES DAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) PATROCINADOR(ES)	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) PARTICIPANTES	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) ASSISTIDOS	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	494.839
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	494.839
2.3.1.2.01.01.00	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	494.839
2.3.1.2.01.01.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	494.839
2.3.1.2.01.01.02	RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	3.270
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	3.270
2.3.2.2.01.00.00	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	3.270
2.3.2.2.02.00.00	PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	-
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	-
2.4.0.0.00.00.00	GESTÃO ASSISTENCIAL	-

Os valores apresentados foram obtidos considerando-se:

(1) O Regulamento do Plano de Benefícios I e II vigente em 31 de dezembro de 2010, Plano este que se encontra em extinção, e cujas principais características estão descritas no item "Características do Plano" do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA);

(2) Os dados individuais, posicionados em 30/09/2010, dos participantes e beneficiários do Plano fornecidos pela Fundação Copel à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial. Algumas das características da população avaliada encontram-se no item "Informações Gerais" do DRAA.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial deste exercício objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Entidade

a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

(3) A avaliação atuarial procedida com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano;

(4) Os dados financeiros e patrimoniais fornecidos pela Entidade à Mercer, bem como o valor do Fundo Administrativo.

Os principais fatores que levaram à constituição do Superávit em 31/12/2010 foram a manutenção dos valores contabilizados na Reserva de Contingência no encerramento do exercício de 2009 e os ganhos atuariais do ano, cujas explicações são apresentadas no capítulo 4 deste Parecer.

A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no parágrafo único do Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008. Não foi apurada Reserva Especial para Revisão do Plano.

### 3. Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração do Exigível Atuarial foram:

---

Taxa real de juros (1):.....	6% a.a.
Projeção de crescimento real de salário (1) (2):.....	2% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS (1):.....	0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano (1):.....	0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários):.....	100% sobre o Salário Real de Benefício 97,77% sobre o Salário Real de Contribuição
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios):.....	97,77%
Hipótese sobre rotatividade (3):.....	Nula
Tábua de mortalidade geral (4):.....	AT-83
Tábua de mortalidade de inválidos:.....	AT-49
Tábua de entrada em invalidez:.....	Light Média
Outras hipóteses biométricas utilizadas (5)	

---

#### Observações

(1) O indexador utilizado é o INPC do IBGE;

(2) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelas Patrocinadoras levando em consideração a expectativa de reajustes salariais de longo prazo;

(3) A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base na expectativa futura das Patrocinadoras sobre admissões e desligamentos de participantes dos Planos;

(4) Foi utilizada a tábua AT83 considerando apenas a mortalidade masculina;

(5) Entrada em Aposentadoria: 100% na primeira elegibilidade a um benefício pleno de aposentadoria.

O método atuarial adotado foi o Agregado para a avaliação de todos os benefícios do plano, exceto os benefícios de Pecúlio por Morte e Auxílio Doença, que foram avaliados pelo Regime de Repartição, considerando o método de Repartição Simples.

#### Atendimento à Resolução CGPC nº 18/2006

Em atendimento à Resolução CGPC nº 18/2006 apresentamos o acompanhamento das hipóteses biométricas adotadas, de forma a se verificar se as mesmas se encontram adequadas ao perfil da população do Plano.

Mortalidade de válidos 2010:

Nº esperado: 92

Nº ocorrido: 64

Mortalidade de inválidos 2010:

Nº esperado: 3

Nº ocorrido: 6

Entrada em invalidez 2010:

Nº esperado: 38

Nº ocorrido: 11

Uma vez que as hipóteses são definidas pela totalidade dos planos da entidade, os valores acima indicados consideram a massa total de participantes da entidade.

Independente de outros estudos mais completos que a Entidade venha a contratar, tal análise passará a ser apresentada no DRAA a partir de 2010.

Vale destacar que as hipóteses atuariais são determinadas tendo em vista projeções de longo prazo. Nesse sentido, o tamanho médio da população (em especial para a análise de entrada em invalidez e da mortalidade de inválidos) e o período de tempo analisado não nos permitem determinar "tábuas próprias", isto é, com base na experiência da própria entidade, porém será possível verificar o comportamento da massa dos planos, fazendo-se as correções de rumo que se apresentarem necessárias ao longo do tempo.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial com data-base de 31/12/2010 são apropriados e atendem à Resolução nº 18 do CGPC, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Entretanto, como forma de refletir nos compromissos do Plano a evolução da sobrevivência da população e atendendo ao estudo de aderência contratado pela entidade, foi aprovada pela Diretoria Executiva da entidade a alteração da tabela de mortalidade para a tabela AT-2000 para o decorrer do exercício de 2011.

Recomenda-se que nesse momento a entidade passe a adotar tabela de mortalidade segregada por sexo, tendo em vista a comprovada sobrevivência maior do sexo feminino.

Essa alteração resulta num aumento das provisões matemáticas de 2 a 4% e será coberta pela reserva de contingência do plano, não afetando seu equilíbrio financeiro.

Ainda, é recomendado que a entidade passe a adotar para os participantes assistidos a composição familiar real que consta no banco de dados da entidade ao invés da hipótese de família hipotética, uma vez que para esse grupo a composição familiar já é conhecida e a base de dados da Entidade, por passar por processos periódicos de recadastramentos, nos permite tratar inconsistências pontuais que possam haver como perdas atuariais, sem que isso afete o equilíbrio do plano.

O impacto dessa alteração é um aumento das provisões matemáticas de 4 a 5%, sendo integralmente suportada pela reserva de contingência do plano sem afetar seu equilíbrio.

#### 4. Ganhos e Perdas

Esclarecemos que o aumento nas provisões matemáticas se deveu às variações habituais, estando em linha com sua evolução teórica esperada, havendo um ganho atuarial da ordem de 1% das provisões matemáticas.

O aumento do superávit, registrado em Reserva de Contingência, se deu, além do ganho atuarial acima indicado, em função do ganho financeiro pelo fato de a rentabilidade ter sido acima da meta atuarial do plano (14,04% x 12,86%) cujo valor é da ordem de R\$ 39,3 milhões.

#### 5. Plano de Custeio para o Exercício de 2011

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente e com base nos itens 41 e 42 do Regulamento do Plano, as Patrocinadoras e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano de Aposentadoria com base nos seguintes níveis:

#### Patrocinadora

---

Contribuição Normal (1):.....	4,19% da folha salarial de participação
Contribuição para Custeio dos Benefícios Por Repartição (1):.....	0,93% da folha salarial de participação
Contribuição para cobertura das despesas administrativas (2):.....	0,11% da folha salarial de participação de todos os empregados ativos da Patrocinadora

---

(1) As Patrocinadoras deverão efetuar contribuições a esse Plano iguais àquelas efetuadas pelos Participantes Ativos, acrescidas das contribuições para cobertura das despesas administrativas do Plano. Para 2011, essas contribuições somadas foram estimadas em 17,66% da Folha Salarial de Participação do Plano.

(2) O custo apresentado no campo 57 deste DRAA está expresso em percentual da folha de participação do

Plano de Benefícios I e II, entretanto as Patrocinadoras deverão efetuar contribuições para cobertura das despesas com a administração da Entidade no patamar de 0,11% da folha salarial de participação de todos os empregados ativos da Patrocinadora.

Esse percentual foi apurado considerando o total de despesas administrativas orçadas para o exercício de 2011, no valor de R\$ 2,09 milhões.

## Participantes Ativos e Assistidos

Os participantes ativos e assistidos deverão efetuar contribuições com base na seguinte regra de custeio:

### **Participantes oriundos do Plano Básico (Plano I)**

Faixa de Salário Real de Contribuição	Percentual
Até 0,5 Tetos.....	3%
De 0,5 a 1 Teto.....	4%
Acima de 1 Teto.....	7%

### **Participantes oriundos do Plano Complementar (Plano II)**

Faixa de Salário Real de Contribuição	Percentual
Até 0,5 Tetos.....	3%
De 0,5 a 1 Teto.....	4%
De 1 a 2 Tetos.....	10%
De 2 a 3 Tetos.....	11%
Acima de 3 Tetos.....	13%

Notas:

(1) Teto: refere-se ao salário "teto" de contribuição para a Previdência Social

(2) Para os participantes assistidos o Salário Real de Contribuição equivale ao valor do benefício recebido.

Para 2011, essas contribuições foram estimadas, em média, em 5,81% da Folha Salarial de Participação do Plano, para os participantes ativos, e em 5,46% da folha de benefícios do Plano, para os participantes assistidos, respectivamente.

Sobre as contribuições dos participantes incidirá uma taxa de carregamento de 12% para fins da cobertura das despesas administrativas do Plano.

### **Participantes Autopatrocinados**

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pela patrocinadora, caso não tivesse ocorrido o Término do Vínculo Empregatício, destinadas ao custeio de seus benefícios e para cobertura das despesas administrativas.

Ressaltamos que na data-base dos dados utilizados nesta avaliação atuarial não havia nenhum participante nessa condição.

### **Participantes em Benefício Proporcional Diferido**

Não haverá contribuições de participantes em BPD.

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2011, levando-se em consideração o indicado no capítulo de conclusão deste parecer.

### **Plano de adequação para custeio administrativo do Plano BD no período de janeiro de 2003 até outubro de 2010**

O presente plano de custeio deve observar as contribuições administrativas adicionais de participantes e a redução de contribuição administrativas das patrocinadoras conforme definido no plano de

adequação para custeio administrativo do Plano no período de janeiro de 2003 até outubro de 2010.

### **6. Limite Legal das Despesas**

Em conformidade com o Art. 6º da Resolução CGPC nº29, de 31/08/2009, registramos que os recursos destinados para o plano de gestão administrativa atendem aos limites anuais de recursos destinados para a gestão administrativa pelo conjunto de Planos de Benefícios administrados pela Fundação Copel, que são vinculados à Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001.

### **7. Conclusão**

A validade desse plano de custeio será por 12 meses contados a partir da data de seu início de vigência indicada neste parecer ou em outra data que venha a ser definida, conforme deliberado pelo Conselho Deliberativo, em função dos prazos necessários para realização de todos os trâmites internos e junto às Patrocinadoras e Participantes do Plano, para implementação dos patamares de custeio redefinidos nesta avaliação atuarial.

Com base no plano de custeio apresentado no Capítulo 5 deste Parecer Atuarial, que está alinhado ao posicionamento desta PREVIC (ex-SPC) por meio do Ofício nº 033/SPC/DEFIS/ESRS, de 24/09/2007, com as conclusões relativas ao item 3.3 ao Relatório de Fiscalização nº 009/2007/SPC/ESRS, que trata da Paridade Contributiva, a proporção das contribuições totais das Patrocinadoras em relação às contribuições de Participantes (ativos e assistidos) é de, aproximadamente, 6%.

Certificamos que o Plano de Benefícios I e II está equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manter este equilíbrio.

Tarciso Nogueira  
Atuário MTb N° 1.749

# Parecer Atuarial previsto no inciso IV do art. 3º da Resolução CGPC nº 23 de 06/12/2006 sobre a situação do plano previdenciário III da Fundação Copel relativo ao exercício de 2010

Patrocinadoras: Companhia Paranaense de Energia - Copel; Copel Geração e Transmissão S/A; Copel Distribuição S/A; Copel Telecomunicações S/A; LACTEC; Tradener Ltda.; Escoelectric Ltda.; Fundação Copel de Previdência e Assistência Social; Companhia Paranaense de Gás - Compagás

## 1. Introdução

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios III mantido pela Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente às Patrocinadoras da Entidade em 31 de dezembro de 2010.

vigor, previsto na Resolução CGPC nº 28 de 26/01/2009 e Instrução MPS/SPC nº 34 de 24/09/2009, e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela Fundação Copel, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2010 é a apresentada no quadro a seguir.

## 2. Posição do Exigível Atuarial e das Reservas e Fundos

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdencial e Administrativo fornecidos pela Fundação Copel.

CONTA	NOME	(em mil R\$)
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	1.674.603
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO PARA COBERTURA DO PLANO	1.627.876
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.529.121
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	335.573
2.3.1.1.01.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	-
2.3.1.1.01.01.01	SALDO DE CONTAS DOS ASSISTIDOS	-
2.3.1.1.01.02.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	335.573
2.3.1.1.01.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	303.504
2.3.1.1.01.02.02	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO -PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	32.069
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.193.548
2.3.1.1.02.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	1.134.667
2.3.1.1.02.01.01	SALDO DE CONTAS - PARCELA PATROCINADOR(ES) / INSTITUIDOR(ES)	576.615
2.3.1.1.02.01.02	SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES	558.052
2.3.1.1.02.02.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO	-
2.3.1.1.02.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	-
2.3.1.1.02.02.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	-
2.3.1.1.02.02.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	-
2.3.1.1.02.03.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO	58.881
2.3.1.1.02.03.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	95.447
2.3.1.1.02.03.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	18.283
2.3.1.1.02.03.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	18.283
2.3.1.1.02.04.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE REPARTIÇÃO DE CAPITAIS DE COBERTURA	-
2.3.1.1.02.05.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE REPARTIÇÃO SIMPLES	-
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.3.1.1.03.01.00	(-) SERVIÇO PASSADO	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) PATROCINADOR(ES)	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) PARTICIPANTES	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) DÉFICIT EQUACIONADO	-
2.3.1.1.03.02.01	(-) PATROCINADOR(ES)	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) PARTICIPANTES	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) ASSISTIDOS	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) POR AJUSTES DAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) PATROCINADOR(ES)	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) PARTICIPANTES	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) ASSISTIDOS	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	98.755
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	98.755
2.3.1.2.01.01.00	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	98.755
2.3.1.2.01.01.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	98.613
2.3.1.2.01.01.02	RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO	142
2.3.1.2.01.02.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	46.728
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	15.421
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	15.421
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	31.306
2.3.2.2.01.00.00	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	31.306
2.3.2.2.02.00.00	PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	-
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	-
2.4.0.0.00.00.00	GESTÃO ASSISTENCIAL	-

Os valores apresentados foram obtidos considerando-se:

(1) O Regulamento do Plano de Benefícios III vigente em 31 de dezembro de 2010, Plano este que se encontra em manutenção, e cujas principais características estão descritas no item “Características do Plano” do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA);

(2) Os dados individuais, posicionados em 30/09/2010, dos participantes e beneficiários do Plano fornecidos pela Fundação Copel à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial. Algumas das características da população avaliada encontram-se no item “Informações Gerais” do DRAA.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial deste exercício objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

(3) A avaliação atuarial procedida com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano;

(4) Os dados financeiros e patrimoniais fornecidos pela

Entidade à Mercer, bem como os valores do Fundo Administrativo e Previdencial.

Os principais fatores que levaram à constituição do Superávit em 31/12/2010 foram a manutenção dos valores registrados na Reserva de Contingência no encerramento do exercício de 2009 para o Resultado do Exercício e os ganhos atuariais do ano, cujas explicações são apresentadas no capítulo 4 deste Parecer.

A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no parágrafo único do Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008. O excesso do Superávit sobre a Reserva de Contingência foi destinado à constituição da Reserva Especial para Revisão do Plano.

Esclarecemos que, de acordo com o item 37.3, e suas referências, do Regulamento do Plano, o Fundo Previdencial (subconta “Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar” de acordo com o novo plano de contas) foi constituída com as contribuições das Patrocinadoras, às quais os Participantes não tiveram direito por terem se desligado da Patrocinadora antes de se tornarem elegíveis aos benefícios do Plano ou em caso de falecimento de Participante, na inexistência de Dependentes. Este fundo tem a finalidade de maximizar a segurança dos benefícios previstos no Plano, podendo ser utilizado para financiar contribuições devidas no exercício de 2011, de acordo com as regras que venham a ser estabelecidas pelo Conselho Deliberativo.

### 3. Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração do Exigível Atuarial foram:

---

Taxa real de juros (1):.....	6% a.a.
Projeção de crescimento real de salário (1) (2):.....	2% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS (1):.....	0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano (1):.....	0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários):.....	100% sobre o Salário Real de Benefício 97,77% sobre o Salário Real de Contribuição
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios):.....	97,77%
Hipótese sobre rotatividade (3):.....	Nula
Tábua de mortalidade geral (4):.....	AT-83
Tábua de mortalidade de inválidos:.....	AT-49
Tábua de entrada em invalidez:.....	Light Média
Outras hipóteses biométricas utilizadas (5)	

---

#### Observações

- (1) O indexador utilizado é o INPC do IBGE;
- (2) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelas Patrocinadoras levando em consideração a expectativa de reajustes salariais de longo prazo;
- (3) A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base na expectativa futura das Patrocinadoras sobre admissões e desligamentos de participantes dos Planos;
- (4) Foi utilizada a tábua AT83 considerando apenas a mortalidade masculina;
- (5) Entrada em Aposentadoria: 100% na primeira elegibilidade a um benefício pleno de aposentadoria.

Foram adotados os seguintes métodos para determinação das provisões matemáticas e custeio dos benefícios do plano:

- (1) Benefícios constituídos na modalidade de Contribuição Definida (Aposentadorias e Institutos): Capitalização Financeira;
- (2) Benefícios constituídos na modalidade de Benefício Definido (Aposentadoria por Invalidez e Pensão Por Morte de Ativo): Crédito Unitário Projetado;
- (3) Benefícios constituídos na modalidade de Benefício Definido (Pecúlio por Morte e Auxílio Doença): Repartição Simples.

A provisão matemática de benefícios a conceder, parcela de contribuição definida de Patrocinadora, inclui os valores relativos à garantia da conversão dos saldos de conta acumulados até 31/12/2005, data da alteração das tábuas de mortalidade de válidos da AT-49 para AT-83 e de inválidos da IAPB-55 para a AT-49, conforme decisão da Entidade registrada em Ata do Conselho Deliberativo da Fundação Copel.

Uma vez que esses valores serão creditados aos participantes apenas no momento da concessão de um benefício, seu cálculo vem se dando mensalmente pela aplicação do percentual de impacto nas provisões sobre o saldo da conta Garantidora acumulado até 31/12/2005.

Esse percentual de impacto é calculado pela diferença entre o fator de conversão do saldo da conta Garantidora acumulado até 31/12/2005 e o fator para cálculo da provisão matemática de benefícios concedidos na idade corrente do participante.

No caso de insuficiência de recursos para cobertura desses valores, será instituída uma contribuição extraordinária.

Recomendamos que durante o exercício de 2011 seja analisada a possibilidade de se adotar um critério de capitalização dessa diferença, uma vez que, em função do efeito do envelhecimento dos participantes, o valor a ser creditado é crescente.

#### **Atendimento à Resolução CGPC nº 18/2006**

Em atendimento à Resolução CGPC nº 18/2006 apresentamos o acompanhamento das hipóteses biométricas adotadas, de forma a se verificar se as mesmas se encontram adequadas ao perfil da população do Plano.

Mortalidade de válidos 2010:

Nº esperado: 92

Nº ocorrido: 64

Mortalidade de inválidos 2010:

Nº esperado: 3

Nº ocorrido: 6

Entrada em invalidez 2010:

Nº esperado: 38

Nº ocorrido: 11

Uma vez que as hipóteses são definidas pela totalidade dos planos da entidade, os valores acima indicados consideram a massa total de participantes da entidade.

Independente de outros estudos mais completos que a Entidade venha a contratar, tal análise passará a ser apresentada no DRAA a partir de 2010.

Vale destacar que as hipóteses atuariais são determinadas tendo em vista projeções de longo prazo. Nesse sentido, o tamanho médio da população (em especial para a análise de entrada em invalidez e da mortalidade de inválidos) e o período de tempo analisado não nos permitem determinar "tábuas próprias", isto é, com base na experiência da própria entidade, porém será possível verificar o comportamento da massa dos planos, fazendo-se as

correções de rumo que se apresentarem necessárias ao longo do tempo.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial com data-base de 31/12/2010 são apropriados e atendem à Resolução nº 18 do CGPC, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Entretanto, como forma de refletir nos compromissos do Plano a evolução da sobrevida da população e atendendo ao estudo de aderência contratado pela entidade, foi aprovada pela Diretoria Executiva da entidade a alteração da tábua de mortalidade para a tábua AT-2000 para o decorrer do exercício de 2011.

Recomenda-se que nesse momento a entidade passe a adotar tábua de mortalidade segregada por sexo, tendo em vista a comprovada sobrevivência maior do sexo feminino.

Essa alteração resulta num aumento das provisões matemáticas de 2 a 4% e será coberta pela reserva de contingência do plano, não afetando seu equilíbrio financeiro.

Ainda, é recomendado que a entidade passe a adotar para os participantes assistidos a composição familiar real que consta no banco de dados da entidade ao invés da hipótese de família hipotética, uma vez que para esse grupo a composição familiar já é conhecida e a base de dados da Entidade, por passar por processos periódicos de recadastramentos, nos permite tratar inconsistências pontuais que possam haver como perdas atuariais, sem que isso afete o equilíbrio do plano.

O impacto dessa alteração é um aumento das provisões matemáticas de 4 a 5%, sendo integralmente suportada pela reserva de contingência do plano sem afetar seu equilíbrio.

#### **4. Ganhos e Perdas**

Esclarecemos que o aumento nas provisões matemáticas, com exceção ao ganho destacado abaixo, se deveu às variações habituais, estando em linha com sua evolução teórica esperada, havendo um ganho atuarial da ordem de 1% das provisões matemáticas estruturadas na modalidade de benefício definido.

Em relação ao resultado superavitário, seu aumento se deve, principalmente, ao ganho, da ordem de R\$ 38,9 milhões, nas provisões matemáticas de benefícios a conceder, parcela de benefícios definidos estruturados em regime de capitalização, em função de passarmos a adotar o Salário Real de Risco. Na avaliação atuarial de 2009 havia sido considerado o último Salário Real de Contribuição.

Tal alteração se deu em função de o Salário Real de Contribuição possuir parcelas variáveis, o que faz com que dependendo do mês da data base dos dados haja uma forte oscilação na apuração dessas provisões.

Houve, ainda, uma perda financeira em função de a rentabilidade ter sido abaixo da meta atuarial do plano (11,38% x 12,86%) cujo valor é da ordem de R\$ 4,5 milhões.

## 5. Plano de Custeio para o Exercício de 2011

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano de Aposentadoria com base nos seguintes níveis:

### Participantes Ativos

Os participantes ativos deverão efetuar Contribuição Normal, alínea (a) do item 34.2, com base na seguinte regra de custeio:

#### **Contribuição Normal para custeio do benefício de aposentadoria**

Faixa de Salário Real de Contribuição.....	Percentual
Até 10 Unidades Previdenciárias.....	2%
Acima de 10 Unidades Previdenciárias.....	12%

Essa Contribuição deverá ser alocada na subconta de Contribuição Normal de Participante.

#### **Contribuição Normal para Custeio dos benefícios de risco e das despesas administrativas:**

Benefícios de risco financiados por capitalização (1):.....	0,58% do Salário Real de Contribuição
Benefícios de risco financiados por repartição (1):.....	0,19% do Salário Real de Contribuição
Cobertura das despesas administrativas (2):.....	0,46% do Salário Real de Contribuição

Nota: a Contribuição Normal do Participante equivalerá à soma das duas parcelas definidas acima.

(1) Contribuições para cobertura dos benefícios de risco, que deverão ser alocadas na Conta Coletiva para cobertura dos Benefícios de Risco a Conceder.

(2) O percentual para cobertura das despesas administrativas foi apurado considerando o total dessas despesas orçadas para o exercício de 2011, no valor de R\$ 4,86 milhões.

Considerando que conforme o item 34.4 do regulamento do Plano as Patrocinadoras deverão efetuar uma Contribuição Normal de 100% da Contribuição Normal do Participante. A despesa administrativa foi rateada paritariamente entre Participantes e Patrocinadoras, resultando num custo a ser assumido pelos Participantes Ativos e Assistidos, que para os Participantes Ativos resulta num percentual a ser aplicado sobre seu Salário Real de Contribuição.

Essa contribuição deverá ser alocada no Fundo Administrativo.

### Patrocinadora

As Patrocinadoras deverão efetuar contribuições de acordo com o item 34.4 do regulamento do Plano, acrescida de uma contribuição para cobertura das despesas administrativas em contrapartida à efetuada pelos Participantes Assistidos.

Para 2011, essas contribuições foram estimadas em 8,06% da Folha Salarial de Participação do Plano, distribuídos da seguinte forma:

Custeio do Benefício de Aposentadoria:.....	6,81% da folha salarial de participação
Benefícios de risco financiados por capitalização:.....	0,58% da folha salarial de participação
Benefícios de risco financiados por repartição:.....	0,19% da folha salarial de participação
Cobertura das despesas administrativas – paridade ativos:.....	0,46% da folha salarial de participação
Cobertura das despesas administrativas – paridade assistidos:.....	0,02% da folha salarial de participação

Os percentuais acima se referem aos valores médios estimados para o exercício de 2011. Conforme definido na alínea (a) do item 34.4 do Regulamento do Plano, a Contribuição Normal de Patrocinadora deverá ser igual a 100% da Contribuição Normal efetuada por cada participante.

A alocação nas contas e subcontas do plano da Contribuição Normal de Patrocinadora deverá seguir as regras definidas para o rateio da Contribuição Normal de Participante, ressalvada a contrapartida sobre a Contribuição Normal para Custeio do Benefício de

Aposentadoria, que deverá ser alocada na subconta de Contribuição Normal de Patrocinadora.

A contribuição das Patrocinadoras em contrapartida à contribuição administrativa dos Participantes Assistidos deverá ser alocada no Fundo Administrativo.

#### **Participantes Autopatrocinaados**

Os Participantes Autopatrocinaados poderão efetuar, além de suas contribuições conforme custeio definido para os Participantes Ativos, as contribuições que seriam feitas pela patrocinadora, caso não tivesse

ocorrido o Término do Vínculo Empregatício, destinadas ao custeio de seus benefícios.

Entretanto, a contribuição para custo dos benefícios de risco será opcional, bem como sua cobertura, a critério do Participante.

### **Participantes Assistidos**

Os Participantes Assistidos deverão contribuir com um percentual de 0,46% de seu benefício para custeio das despesas administrativas do Plano. Essa contribuição deverá ser alocada no Fundo Administrativo.

### **Participantes em Benefício Proporcional Diferido**

Os Participantes Vinculados deverão contribuir com um percentual de 0,46% de seu Salário Real de Contribuição, atualizado da data de término do vínculo empregatício até a data da avaliação atuarial pelo INPC, para custeio das despesas administrativas do Plano. Essa contribuição deverá ser alocada no Fundo Administrativo.

Alternativamente à realização de contribuição para o custeio administrativo com base nos percentuais previstos no plano de custeio, poderão ser adotadas, em conjunto ou isoladamente, as seguintes formas de cobrança dessa contribuição, previstas na Resolução nº 29/2009:

- (1) taxa de administração a incidir sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios; ou
- (2) taxa de carregamento a incidir sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos planos no exercício a que se referir.

Adicionalmente, o Fundo Administrativo poderá ser utilizado pelas patrocinadoras e pelos participantes, para financiar contribuições administrativas devidas no exercício de 2011, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo.

O plano de custeio apresentado não reflete os efeitos do Ofício nº 112/ERRS/PREVIC, referente ao Relatório de Fiscalização 016/2007/ESRS, uma vez que a Fundação Copel está em processo de negociação com a PREVIC sobre proposta de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para acertos relativos à paridade contributiva nos planos de custeio vigentes de 2002 a 2009 (considerando a efetiva aplicação do plano de custeio de 2010 a partir de novembro de 2010, conforme definição do Conselho Deliberativo da Entidade).

Tão logo tal negociação se encontre concluída, deverá ser realizada nova avaliação atuarial para revisão do equilíbrio financeiro e do plano de custeio em função dos valores de eventuais compensações às Patrocinadoras em relação ao custeio normal e administrativo passado, que venham a ser objeto do TAC ou determinados pela PREVIC.

### **6. Limite Legal das Despesas**

Em conformidade com o Art. 6º da Resolução CGPC nº29, de 31/08/2009, registramos que os recursos destinados para o plano de gestão administrativa atendem aos limites anuais de recursos destinados para a gestão administrativa pelo conjunto de Planos de Benefícios administrados pela Fundação Copel, que são

vinculados à Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001.

### **7. Conclusão**

A validade desse plano de custeio será por 12 meses contados a partir da data de seu início de vigência indicada neste parecer ou em outra data que venha a ser definida, conforme deliberado pelo Conselho Deliberativo, em função dos prazos necessários para realização de todos os trâmites internos e junto às Patrocinadoras e Participantes do Plano, para implementação dos patamares de custeio redefinidos nesta avaliação atuarial.

Com base no plano de custeio apresentado no Capítulo 5 deste Parecer Atuarial, que está alinhado ao posicionamento desta PREVIC (ex-SPC) por meio do Ofício nº 055/SPC/DEFIS/ESRS, de 21/12/2007, com as conclusões relativas ao item 3.2 ao Relatório de Fiscalização nº 016/2007/SPC/ESRS, que trata da Paridade Contributiva, a proporção das contribuições totais das Patrocinadoras em relação às contribuições de Participantes (ativos e assistidos) é de, aproximadamente, 97,5%.

Certificamos que o Plano III da Fundação Copel está superavitário. No entanto, a Reserva Especial para Revisão do Plano não será utilizada neste exercício, tendo em vista que não apresenta valor em 3 anos consecutivos.

Tarciso Nogueira  
Atuário MTb Nº 1.749

## Parecer Atuarial previsto no inciso IV do art. 3º da Resolução CGPC nº 23 de 06/12/2006 sobre a situação do plano Pecúlio da Fundação Copel relativo ao exercício de 2010

Patrocinadoras: Companhia Paranaense de Energia - Copel; Copel Geração e Transmissão S/A; Copel Distribuição S/A; Copel Telecomunicações S/A; LACTEC; Tradener Ltda.; Escoelectric Ltda.; Fundação Copel de Previdência e Assistência Social; Companhia Paranaense de Gás - Compagás

### 1. Introdução

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de pecúlio mantido pela Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente às Patrocinadoras da Entidade em 31 de dezembro de 2010.

### 2. Posição do Exigível Atuarial e das Reservas e Fundos

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor, previsto na Resolução CGPC nº 28 de 26/01/2009 e Instrução MPS/SPC nº 34 de 24/09/2009, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2010 é a apresentada no quadro a seguir:

CONTA	NOME	(em mil R\$)
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	9.002,02
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO PARA COBERTURA DO PLANO	-
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	-
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-
2.3.1.1.01.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	-
2.3.1.1.01.01.01	SALDO DE CONTAS DOS ASSISTIDOS	-
2.3.1.1.01.02.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	-
2.3.1.1.01.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	-
2.3.1.1.01.02.02	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	-
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	-
2.3.1.1.02.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	-
2.3.1.1.02.01.01	SALDO DE CONTAS - PARCELA PATROCINADOR(ES) / INSTITUIDOR(ES)	-
2.3.1.1.02.01.02	SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES	-
2.3.1.1.02.02.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO	-
2.3.1.1.02.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	-
2.3.1.1.02.02.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	-
2.3.1.1.02.02.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	-
2.3.1.1.02.03.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO	-
2.3.1.1.02.03.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	-
2.3.1.1.02.03.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	-
2.3.1.1.02.03.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	-
2.3.1.1.02.04.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE REPARTIÇÃO DE CAPITAIS DE COBERTURA	-
2.3.1.1.02.05.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE REPARTIÇÃO SIMPLES	-
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.3.1.1.03.01.00	(-) SERVIÇO PASSADO	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) PATROCINADOR(ES)	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) PARTICIPANTES	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) DÉFICIT EQUACIONADO	-
2.3.1.1.03.02.01	(-) PATROCINADOR(ES)	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) PARTICIPANTES	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) ASSISTIDOS	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) POR AJUSTES DAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) PATROCINADOR(ES)	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) PARTICIPANTES	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) ASSISTIDOS	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	-
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	-
2.3.1.2.01.01.00	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	-
2.3.1.2.01.01.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-
2.3.1.2.01.01.02	RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	9.002,02
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	9.000,65
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	9.000,65
2.3.2.1.03.01.00	FUNDO PARA OSCILAÇÃO DE RISCO DE PECÚLIO	9.000,65
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	1,37
2.3.2.2.01.00.00	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	1,37
2.3.2.2.02.00.00	PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	-
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	-
2.4.0.0.00.00.00	GESTÃO ASSISTENCIAL	-

Os valores apresentados foram obtidos considerando-se:

(1) O Regulamento do Plano vigente em 31 de dezembro de 2010, Plano este que se encontra em manutenção, e cujas principais características estão descritas no item "Características do Plano" do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA);

(2) Os dados individuais, posicionados em 31/12/2010, dos participantes e beneficiários do Plano fornecidos pela Fundação Copel à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial. Algumas das características da população avaliada encontram-se no item "Informações Gerais" do DRAA.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial deste exercício objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

(3) A avaliação atuarial procedida com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano;

(4) Os dados financeiros e patrimoniais fornecidos pela Entidade à Mercer.

Esclarecemos que o Fundo Previdencial (subconta Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial / Fundo para Oscilação de Risco de Pecúlio) foi constituído a partir da reversão dos valores registrados como Reserva no encerramento do exercício de 2008. Este fundo tem a finalidade de maximizar a segurança dos benefícios previstos no Plano e cobrir eventuais oscilações entre a sinistralidade esperada e a sinistralidade efetiva do ano.

Sua variação negativa em relação ao exercício anterior se deu basicamente pelas perdas operacionais ocorridas

(isto é, despesas maiores que os valores arrecadados), que foram superiores aos ganhos financeiros no período.

### 3. Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

O método atuarial adotado foi a Repartição Simples para a avaliação de todos os benefícios do plano.

Para fins de apuração dos valores esperados de pagamentos de sinistros para o exercício 2011 foi considerada a tarifação pelo princípio do valor esperado, considerando o cálculo do prêmio de risco pelo valor esperado da sinistralidade com base na experiência do Plano e a aplicação de uma taxa de carregamento de segurança para cobertura de eventuais desvios que venham a ocorrer entre o total de sinistros esperados e o que venha a efetivamente ocorrer durante o exercício de 2011.

Em nossa opinião, uma vez que se trata de um plano exclusivamente de pagamento de pecúlios, análogos a um seguro, e sem características previdenciárias, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial com data-base de 31/12/2010 são apropriados e atendem à Resolução nº 18 do CGPC, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

### 4. Plano de Custeio para o Exercício de 2011

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, os Participantes optantes por esta cobertura complementar àquelas oferecidas pelos Planos Previdenciários da Entidade deverão efetuar contribuições mensais (prêmios), sendo 12 pagamentos ao ano, para o Plano de Pecúlio de 0,0395% do capital segurado total do participante, isto é, o capital segurado relativo ao pecúlio principal acrescido do capital segurado do pecúlio adicional.

Entretanto, com vistas a reduzir os efeitos do aumento significativo e imediato do prêmio para o pecúlio adicional em relação ao plano de custeio mantido até o exercício de 2010, a Entidade poderá implantar o plano de custeio de forma escalonada pelos próximos três exercícios da seguinte forma:

	Principal	Adicional
2011.....	integral.....	1/3 do custo efetivo
2012.....	integral.....	2/3 do custo efetivo
2013.....	integral.....	integral

A diferença entre o custo efetivo e os valores de contribuição para o pecúlio adicional estabelecidos será coberta por meio da utilização do Fundo para Oscilação de Riscos, dada a situação financeira do Plano possibilitar a utilização desse fundo sem comprometer o seu equilíbrio.

A Entidade acompanhará o fluxo financeiro do Plano durante o exercício de forma a se certificar que a utilização de recursos do Fundo não afeterá a capacidade de pagamento de pecúlios durante o ano.

Considerando a utilização do Fundo, os percentuais de contribuição efetivos para o exercício de 2011 serão os seguintes:

<b>Pecúlio Principal.....</b>	0,0395% do capital segurado principal
<b>Pecúlio Adicional.....</b>	0,0132% do capital segurado adicional

Do valor do prêmio será recolhido um percentual de 1,6% para cobertura das despesas com a administração deste Plano, apurado com base no total de despesas orçadas para o exercício de 2011.

Deve-se destacar que uma vez que a massa do Plano está aberta a novas adesões, o que tende a reduzir o efeito do envelhecimento, o método de custeio adotado tende a apresentar custos nivelados. Entretanto esse custo pode variar em função de anos em que sinistralidade observada varie significativamente em relação à esperada e vir a ser crescente caso se observe um efetivo envelhecimento da população.

#### **5. Limite Legal das Despesas**

Em conformidade com o Art. 6º da Resolução CGPC nº29, de 31/08/2009, registramos que os recursos destinados para o plano de gestão administrativa atendem aos limites anuais de recursos destinados para a gestão administrativa pelo conjunto de Planos de Benefícios administrados pela Fundação Copel, que são vinculados à Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001.

#### **6. Conclusão**

Este Plano de Custeio passa a vigorar por 12 meses a partir de 1º de abril de 2011.

Destacamos que o item 11.4 do Regulamento do Plano prevê a revisão do plano de custeio no mês de janeiro, porém a Diretoria da Entidade fará a alteração deste item regulamentar de forma a alinhar a revisão do custeio anual aos demais Planos administrados pela Entidade e dos quais os participantes deste Plano de Pecúlio fazem parte.

Tanto a adoção do custeio de forma escalonada quanto a data de início de vigência do Plano de Custeio foram propostas pela Diretoria da Entidade e deverão ser objeto de deliberação por parte do Conselho Deliberativo da Entidade.

Uma vez que a cobertura oferecida por este plano é complementar àquelas dos Planos de Benefícios Previdenciários, não havendo contribuição por parte das Patrocinadoras, fica atendida a previsão da Emenda Constitucional nº 20/1998 em relação à necessidade de paridade no custeio.

Certificamos que o Plano de Pecúlio está equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manter este equilíbrio.

Tarciso Nogueira  
Atuário MTb N° 1.749

## Despesas Administrativas 2010

### **Orçamento Anual de Custeio e Investimento**

*É o plano expresso em termos monetários, no qual são mensuradas as prováveis entradas e definidos os recursos para a execução dos propósitos e metas estabelecidas pela instituição, para um determinado período de tempo.*

### **Total realizado - 17.565.319**

Descrição	Orçado	Realizado
Despesas com pessoal	9.867.706	9.609.123
Serviços de terceiros	4.223.771	4.935.105
Despesas gerais	2.370.811	2.496.161
Amortizações e depreciações	552.000	524.929
<b>TOTAL</b>	<b>17.014.288</b>	<b>17.565.319</b>

Investimentos	Orçado	Realizado
	299.489	764.644

# Glossário

*Alguns dos termos técnicos utilizados no RAI 2010 são apresentados a seguir para facilitar a leitura e análise das informações apresentadas neste informativo.*

*Estas e outras definições também podem ser verificadas no site da Fundação Copel*

*[www.fundacaocopel.org.br](http://www.fundacaocopel.org.br) – menu Glossário.*

**ANS** - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

**Ativo da Entidade** - somatório de todos os bens e direitos acumulados pela Fundação Copel, considerando todos os planos de benefícios por ela administrados.

**Ativo do Plano** - somatório de todos os bens e direitos do Plano de Benefícios.

**Avaliação Atuarial** - estudo realizado periodicamente, apoiado em levantamento de dados estatísticos da população estudada e em bases técnicas atuariais. Esta avaliação permite ao atuário avaliar o valor dos compromissos e dos recursos necessários à garantia da solvência e equilíbrio dos planos de benefícios.

**Balanco Patrimonial** - demonstrativo que tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da Fundação Copel.

**Benefício Definido (BD)** - modalidade de benefício cuja metodologia de cálculo é definida nos termos do Regulamento, sendo as contribuições determinadas atuarialmente de forma a garantir a sua concessão e manutenção nos níveis inicialmente contratados.

**CGPC** - Conselho de Gestão da Previdência Complementar.

**Contribuição Definida (CD)** - modalidade de benefício que tem como base de cálculo o montante constituído pelas contribuições vertidas para seu custeio e o correspondente líquido dos investimentos, apurado nos termos do Regulamento do Plano de Benefícios.

**Contribuição Variável (CV)** - modalidade de benefício que combina as modalidades BD (Benefício Definido) e CD (Contribuição Definida), sendo que na fase de acumulação apresenta características de um plano CD e, na de acumulação, de Benefício Definido (BD).

**Custeio Administrativo** - valor destinado à cobertura das despesas decorrentes da administração dos planos de benefícios da Fundação Copel, conforme definido nos regulamentos e respectivos planos de custeio.

**Demonstração de Resultados de Exercício** - demonstrativo que informa receitas e despesas reconhecidas durante o exercício, de forma a evidenciar o resultado líquido dos planos de benefícios da Fundação Copel.

**Demonstrações Contábeis** - conjunto de relatórios emitidos anualmente pela Fundação

Copel, compondo-se do balanço patrimonial, demonstrações de resultados, demonstrações dos fluxos financeiros e respectivas notas explicativas às demonstrações contábeis.

**Equilíbrio Técnico Atuarial** - expressão utilizada para denotar a igualdade entre o total dos recursos garantidores de um plano de benefícios, acrescido das contribuições futuras e o total dos compromissos atuais e futuros desse plano.

**Exigível Atuarial** - conta contábil que registra o total das reservas matemáticas dos planos de benefícios.

**Hipóteses Atuariais** - premissas ou hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas pelo atuário na elaboração da avaliação atuarial dos planos de benefícios, adequadas às características do conjunto de participantes e ao respectivo regulamento.

**Meta Mínima Atuarial** - valor mínimo esperado para o retorno de investimentos dos recursos garantidores do plano de benefícios, geralmente fixado como sendo a taxa de juros adotada na avaliação atuarial conjugada com o índice dos planos.

**MPS** - Ministério da Previdência Social.

**Parecer Atuarial** - documento elaborado pelo atuário, que certifica o nível de reservas e a situação financeiro-atuarial do plano em determinada data. Este parecer expressa seus comentários técnicos a respeito de métodos, hipóteses, dados e resultados obtidos na avaliação atuarial dos planos de benefícios, faz recomendações e expressa conclusões sobre a situação do plano ou qualquer assunto inerente a sua competência.

**Passivo Atuarial** - valor atual dos compromissos presentes e futuros do Plano de Benefícios para com a sua massa de participantes na data da avaliação. É obtido por meio de cálculos atuariais.

**Plano de Custeio** - documento de periodicidade anual, elaborado pelo atuário responsável pelo acompanhamento do plano de benefícios, no qual é estabelecido o nível de contribuição necessário à constituição das suas reservas garantidoras de benefícios, fundos e provisões e à cobertura das demais despesas, em conformidade com os critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador.

**Previc** - Superintendência Nacional de Previdência Complementar (anteriormente denominada SPC - Secretaria de Previdência Complementar).

**Recursos Garantidores** - parcela do ativo destinada à cobertura dos benefícios oferecidos pelo plano. Corresponde à diferença entre o ativo do plano e os exigíveis: operacional, financeiro, administrativo e assistencial, bem como os fundos previdencial e administrativo.

**Reserva Matemática** - valor monetário que designa os compromissos da Fundação Copel em relação a seus participantes em uma determinada data. Corresponde à soma da reserva matemática de benefícios a conceder e a reserva matemática de benefícios concedidos.

**Renda Fixa** - aplicação que apresenta um rendimento predeterminado, podendo ser pré ou pós-fixado.

Pré-fixado - a taxa de juros é conhecida no momento da aplicação dos recursos.

Pós-fixado - é conhecido um indexador, acrescido de um cupom (taxa de juros normalmente acima deste indexador), isto é, o indexador e os juros são conhecidos no momento da operação embora não se saiba previamente qual será o comportamento deste indexador.

**Renda Variável** - aplicação cujo rendimento não pode ser predeterminado. Os ativos relacionados a este tipo de aplicação são ações de empresas, negociadas em bolsas de valores.

Ações - são títulos representativos do capital social de empresas com capital aberto (as Sociedades Anônimas - S.A.); não têm prazo de resgate; podem ser compradas ou vendidas a qualquer momento, exclusivamente em bolsas de valores.

Bolsas de Valores - instituições administradoras de mercados de ativos ou centros de negociação de valores mobiliários, que utilizam sistemas eletrônicos de negociação para efetuar compras e vendas desses valores. No Brasil, a principal Bolsa de Valores é a BM&F Bovespa S/A (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros).

**SPC** - Secretaria de Previdência Complementar (atual Previc - Superintendência Nacional de Previdência Complementar).

**Superávit Técnico** - excedente patrimonial para cobertura dos compromissos do Plano de Benefícios.

# FUNDAÇÃO COPEL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

## Conselho Deliberativo

### TITULARES

Edson Benedito Cesar (presidente)  
Edilson Antonio Catapan  
Antônio Justino Spinello  
Marta Glória Paese Gentelini  
Ulisses Kaniak  
Lauro Sueo Suzuki

### SUPLENTES

Marlos Gaio  
Eomar Antonio Concato  
Adriana Angela Antoniolfi  
Nereu de Azevedo  
Ariosvaldo da Costa Silva  
Arnaldo José Rigon

## Conselho Fiscal

### TITULARES

Roberto Pontedura (presidente)  
Irineu Beltrami  
Robson Francisco de Souza Licks  
Ana Clara Morrissy Johnsson

### SUPLENTES

Mauro José Corbellini  
Eliane de Oliveira  
Marcelo Coser  
José Carlos Lakoski

## Diretoria Executiva

Hélio José Pizzatto - Presidente

José Carlos Loureiro - Diretor Financeiro

Antonio Sergio de Souza Guetter - Diretor de Administração e Segurança

Rua Treze de Maio, 616 · Fone 41 3883 6000  
FAX: 41 3883 6014 · CEP.: 80.510 030 · Curitiba/PR  
[www.fundacaocopel.org.br](http://www.fundacaocopel.org.br)  
e-mail: [fundacao@fundacaocopel.org.br](mailto:fundacao@fundacaocopel.org.br)

### Central de Atendimento

Curitiba: 41 3883 6177 · FAX: 41 3883 6018

Outras Localidades: 0800 41 00 25

Plantão: 41 9994 6070

O Relatório Anual de Informações é uma publicação de periodicidade anual, distribuída aos participantes, aposentados e pensionistas, em atendimento ao disposto na Resolução CGPC 23/2006, de 6 de dezembro de 2006.